

ALTO RISCO

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFissionais
INSTITUTO DE LUTUAÇÃO PÚBLICA

BRASILIA | Nº 10 | 1º trimestre | Maio 2012 | Preço: 1,10

Madeira diferente depois da catástrofe

Miguel
Albuquerque,
Presidente da Câmara
Municipal do Funchal

“Maior intervenção
na área social em
detrimento de
grandes
investimentos
em obra pública”





Fernando Curto

Presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais

A

Revista Alto de Risco está de regresso com nova imagem e novo formato, adequada à conjuntura económica que o país e as instituições atravessam. Apesar de mais pequena do que no seu formato anterior, a qualidade das suas reportagens, entrevistas e artigos técnicos mantem-se, valorizada, por outro lado, por um novo e moderno grafismo.

Nesta edição de Março de 2012 convidamo-lo a acompanhar a recuperação da cidade do Funchal, na Ilha da Madeira, através de uma entrevista ao Presidente da Autarquia, Dr. Miguel Albuquerque. O edil

fala-nos da enxurrada do dia 20 de Fevereiro de 2010, das consequências, dos desafios, e do muito que há ainda para fazer.

O seminário “Jornalistas e Bombeiros: a missão de alertar e de informar” leva-nos para outra perspetiva daquilo que é a missão social destas profissões. As conclusões a que o auditório chegou apontam para a necessidade de um maior entendimento entre bombeiros e jornalistas.

A segurança das crianças quando passageiras de um meio de transporte é outro dos temas que aqui abordamos. Espreite os cuidados que devem ser tidos em conta quando se transportam os mais pequenos em transportes coletivos ou particulares para que a sua vida nunca esteja em risco.

Boas leituras!

Diretor
Filomena Barros

Diretor-Adjunto
Sérgio Carvalho

Redação
Cátia Godinho

Grafismo
João B. Gonçalves

Paginação
João B. Gonçalves

Fotografia
Gab. Aud. ANBP

Publicidade
Paulo Bandarra

Propriedade
Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
Av. D. Carlos I, 89, r/c
1200 Lisboa
Tel.: 21 394 20 80

Tiragem
20 000 exemplares

Registo n.117 011
Dep. Legal n. 68
848/93

Impressão
MX3



Domingos Morais

Director Nacional da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais. É Mestre em Direcção Internacional de Segurança e Protecção Civil

Os “custos” financeiros do socorro

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais foi convidada a participar no Seminário Ambiente Urbano e Riscos organizado pela Área Metropolitana de Lisboa. O tema da apresentação teve como título a “Organização do Socorro na Área Metropolitana de Lisboa – Custos Financeiros”. Quando o título fala em custos financeiros, gera-se logo preocupação quer nos intervenientes operacionais no socorro, quer nos responsáveis políticos pelo setor, já que a palavra “custos” é sempre mal vista e com uma conotação negativa.

No entanto, também aqui a ANBP quer salientar que o que esta instituição entende por custos financeiros são todos aqueles que são efetuados pelas várias entidades e que não se traduzem numa mais-valia operacional.

Cada vez mais, e de uma forma positiva, o termo “custo” e, em especial, na área da segurança, deve ser substituído pelo termo investimento. Todos os gastos com a segurança são um investimento para o futuro e que visam a prevenção, proteção e segurança de pessoas e bens.

A apresentação feita no seminário é um resumo do trabalho, entre vários, que a ANBP tem vindo a desenvolver ao longo da sua existência, no sentido de dar sustentabilidade aos seus pareceres.

Num breve resumo, a apresentação baseou-se numa retrospectiva da realidade atual, onde se pretendeu demonstrar a localização e implantação dos corpos de bombeiros nos dezoito concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Para demonstrar esta localização a ANBP decidiu dividir a AML em duas partes com base no Rio Tejo, ficando a AML dividida em AML Norte (A Norte do Tejo) e a AML Sul (A Sul do Tejo).

Com esta divisão, os mapas de localização dos corpos bombeiros tornam-se mais perceptível, evidenciando a sua localização ao nível do concelho bem como as distâncias existentes entre eles. Na localização dos corpos de bombeiros, e de acordo com a investigação que a ANBP efetuou, constatou-se que os corpos de bombeiros não estão assim localizados somente devido à vertente histórica, mas também devido ao crescimento das cidades bem como da indústria.

Da observação feita ao mapa da AML Norte facilmente se constata que

a implantação e localização dos corpos de bombeiros são feitas em 5 áreas específicas. A primeira área é a Cidade de Lisboa, e seguida de três áreas/eixos principais – eixo Lisboa-Cascais, eixo Lisboa-Sintra e eixo Lisboa-Vila Franca de Xira, e finalizando com a área a Norte que faz a circunscrição da AML.

Salta-nos à vista desarmada a grande implantação de corpos de bombeiros na Cidade de Lisboa, bem como nas três áreas/eixos principais, como consequência da alta densidade urbana de ocupação habitacional e industrial acompanhada de eixos viários principais ou complementares que alimentam não só estes concelhos bem como são vias de transição para Norte e Sul da AML. Em contraponto, está toda a área Norte da AML, com uma fraca implantação devido a uma menor densidade urbana de ocupação habitacional e industrial.

Ao nível do mapa da AML Sul, verifica-se que o número de corpos de bombeiros é menor e localiza-se a Norte, mais especificamente junto às margens do Rio Tejo, onde também claramente a ocupação urbana é de cariz habitacional e industrial. Aliás, o maior número de corpos de bombeiros concentra-se entre Cacilhas e o Barreiro onde a área industrial é a mais visível, com grande incidência nas indústrias Seveso (matérias perigosas).

No extremo oposto (Sul) da AML Sul, os poucos corpos de bombeiros encontram-se junto à Cidade de Setúbal, apesar de esta apresentar um parque industrial muito alto e com elevados riscos inerentes ao tipo de indústria.

Desta forma, e após uma breve análise de localização dos corpos de bombeiros bem como de uma análise estatística à estrutura dos corpos de bombeiros da AML, concluímos que:

- Existem 47 corpos de bombeiros na AML Norte e somente 15 na AML Sul, o que perfaz 62 no total;
- Existem 58 quartéis na AML Norte e somente 18 na AML Sul, o que perfaz 76 no total;
- Há +/- cerca de 118 elementos de comando na AML Norte e somente +/- 37 na AML Sul, o que perfaz +/- 155 no total;
- Há +/- 3217 bombeiros do quadro ativo na AML Norte e somente +/- 1111 na AML Sul, o que perfaz 4328 no total;
- Existem 367 ambulâncias de vários tipos na AML Norte e 174 na AML Sul, o que perfaz 541 no total;
- Existem 502 veículos de combate na AML Norte e 213 na AML Sul, o que perfaz 715 no total.



Claramente se pode inferir que, e pese embora as áreas sejam muito parecidas, existem uma diferença de valores muito significativa entre a Zona Norte a Zona Sul da AML.

Há a salientar o número de corpos de bombeiros na AML (62) que ultrapassa os 10% do total nacional que é de 460!

Por outro lado, salta também à vista o número de bombeiros apresentado- 4328 bombeiros- que é mais de 10% do valor que supostamente existe a nível nacional!

Ainda em relação aos corpos de bombeiros, fazendo uma análise quantitativa por concelhos, e dividindo estes por AML Norte e AML Sul, obtemos os seguintes dados:

- Os concelhos da AML Norte com mais corpos de bombeiros por ordem decrescente são Sintra (9), Lisboa (7) e Loures (7), sendo o menor o da Amadora (1). A média é de 5,33 corpos de bombeiros por concelho;
- Os concelhos da AML Sul apresentam uma média de 1,7 corpos de bombeiros por concelho.

Parece-nos de alguma forma que existem aqui fortes assimetrias entre as duas partes da AML, bem como fortes assimetrias entre concelhos. A ANBP tem consciência de que existem condicionantes e riscos que tornam diferentes os concelhos. No entanto, e em especial na AML Norte, existem concelhos com elevado número de corpos de bombeiros e que, em nosso entender, são desnecessários. Também aqui convém esclarecer que falamos em Corpos de Bombeiros e não em Associações, que têm objectivos diferenciados na sociedade.

Depois de exposta a realidade do socorro na AML, quer em termos de infra-estruturas bem como em matéria de recursos humanos e recursos materiais, aprofundamos o estudo procurando entre relatórios, artigos de opinião, bem como na correlação de dados com outras situações análogas em outros países da Europa, no sentido de encontrarmos situações que nos apontassem deficiências e vulnerabilidades na estrutura de socorro.

As conclusões a que a ANBP chegou apontaram em cinco vertentes:

- A primeira prende-se com o excesso de elementos de comando nos corpos de bombeiros da AML, ao invés do que se passa na Europa, o que torna a estrutura de comando extremamente pesada e obsoleta de acordo com as estruturas europeias do século XXI;
- A segunda, e tal como a primeira demonstra, aponta para alguma desorganização e falta de racionalização de recursos humanos ao nível da estrutura operacional nos vários quadros, tendo em conta as necessidades em cada um dos corpos de bombeiros e os riscos existentes na sua área de atuação própria;
- A terceira prende-se com os custos com infra-estruturas de grandes dimensões e antigas mais parecidas com palácios do que com quartéis operacionais. O fato de serem de grande volumetria aliados à sua idade obriga a que tenham uma manutenção mais regular e cuidada, logo muito mais onerosa.
- A quarta e a par da anterior faz com que se tenha que encher os quartéis com viaturas para que os mesmos demonstrem uma aparente operacionalidade.

Por outras palavras quanto mais viaturas e outro material conexo melhor, pensam algumas pessoas. Contudo, esquecem ou não pretendem ver, que tais materiais já de si são extremamente caros na sua aquisição além do valor dispendido para a sua manutenção. Falamos de materiais que em alguns casos a sua pouca utilização não traz mais-valia operacional;

• A quinta e que é a mais-valia dos recursos humanos e que demonstra a operacionalidade e conhecimento, é muitas vezes descurada. Neste sentido verifica-se que apesar de haver uma aposta na formação, alguns dos recursos humanos não têm acesso a ela e outros conseguem obtê-la mas também aqui com diferenças acentuadas não só entre a AML Norte e AML Sul, mas especificamente ao nível de cada concelho.

Estas deficiências e vulnerabilidades detetadas acabam, em nosso entender, por se traduzir numa desarticulação de comando em muitas operações de socorro quando nesse mesmo socorro se concentram muitos comandantes, em que cada um está mais preocupado com a sua

DEFICIÊNCIAS E VULNERABILIDADES DETECTADAS – AML

- Excesso de elementos de comando por unidade/mesmo comandante
- Desorganização e falta de racionalização dos recursos humanos e materiais
- Elevados custos com infra-estruturas/quartéis
- Elevados custos com meios materiais
- Ausência de formação/diferentes verticais de formação

=

EXCESSOS DE CUSTOS
DESARTICULAÇÃO DE COMANDOS E DE OPERAÇÕES

SOLUÇÕES A ADOPTAR – AML

- Criar Estrutura de Comando de Protecção e Socorro da AML

=

COMANDOS/COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES MAIS EFICIENTES
MELHOR ARTICULAÇÃO DE FORÇAS

SOLUÇÕES A ADOPTAR – AML

- Criar Central de Compras de Meios e Recursos da AML

- Equipamentos
- EPI's/Vestimentas
- Viaturas

=

UNIFORMIDADE DE CRITÉRIOS/EQUIPAMENTOS IGUAIS
CUSTOS MAIS BAIXOS
MAIOR OPERACIONALIDADE

SOLUÇÕES A ADOPTAR – AML

- Criar/reformular 2 Centros de Formação de Protecção Civil e Bombeiros da AML

- Centro de Formação da AML Norte – RSBN
- Centro de Formação da AML Sul – CBS Setúbal

=

UNIFORMIDADE DE FORMAÇÃO
MAIS VALIA TÉCNICA OPERACIONAL
MELHOR FACILIDADE DE PLANIFICAÇÃO E FORMAÇÃO

“quinta”. Por outro lado, verifica-se um excesso de custos associado à não racionalização de recursos humanos e materiais pela duplicidade de meios num mesmo concelho, e custos associados a grandes e antigos quartéis.

Neste sentido, e nunca de uma forma depreciativa ou negativista, e após elencarmos as deficiências e vulnerabilidades por nós detetadas, também aqui a ANBP tenta encontrar soluções para as colmatar, sendo no entanto todas as soluções aqui apresentadas, abertas e sujeitas a discussão e diferentes opiniões. A ANBP, tal como sempre afirmou publicamente, não é fechada a novas ideias ou “senhora da razão”. As soluções que apontamos visam uma Estrutura de Comando de Protecção e Socorro mais leve e operacional, na criação de uma Central de Compras de Meios e Recursos, bem como na criação e reformulação de dois Centros de Formação de Protecção Civil e Bombeiros, para a AML.

Em nosso entender, a Estrutura de Comando de Protecção e Socorro passa por ter um Comandante Geral para toda a AML e que deve ter as características de gestor e comandante. A sua nomeação, obviamente, e porque é um cargo que decorrerá da anuência de todas as câmaras da AML, será de nomeação consensual e confiança política dos Presidentes de Câmara. Este Comandante Geral será coadjuvado por dois comandantes e respectiva estrutura de comando de cada um. O comandante para a AML Norte será o comandante do RSB por ser a maior estrutura operacional desta área, enquanto na AML Sul será o comandante da CBS Setúbal.

Ao nível das unidades mais pequenas, e neste caso as AHBV's, a estrutura de comando deve ser alterada para a existência de um 2º comandante, e adjunto de acordo com a tipologia da AHBV. Tal alteração implica a não existência de comandante.

O facto de deixar de haver tantos elementos de comando, em nosso entender, traduzir-se-á num melhor e eficaz comando/coordenação de operações e também numa melhor articulação de forças.

No caso da medida de adopção de uma Central de Compras de Meios e Recursos, visa especificamente a compra de material em maiores quantidades e em com condições mais vantajosas para todos os corpos de bombeiros da AML.

Aqui poder-se-ão fazer cadernos de encargos com especificações técnicas que se traduzam num investimento e menores gastos, além da uniformidade. Quer se trate dos mais variados equipamentos, de EPI's/fardas de trabalho e viaturas, o fato de serem iguais para todos os corpos de bombeiros faz com que não haja diferenças que se traduzam em problemas operacionais e que todos possam trabalhar conjuntamente.

Por último, e não menos importante, a formação dos recursos humanos. Aqui, o investimento por mais que inicialmente nos pareça avultado, a médio longo prazo, terá um retorno em termos de mais-valia técnica e operacional.

A criação e reformulação de algumas estruturas, como sejam a passagem da já existente Escola do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa para o Centro de Formação da AML Norte, bem como da criação do Centro de Formação da AML Sul na CBS Setúbal, seriam uma solução para a uniformidade de formação e ao mesmo tempo uma contenção de custos com a mesma. Associado a isto, está também a questão de uma maior e mais precisa planificação da formação necessária para os corpos de bombeiros da AML.

O aproveitamento de formação altamente especializada, reconhecida a nível nacional e internacional demonstrada por elementos afetos a estes dois corpos de bombeiros e coadjuvados por outros elementos de outras áreas e valências, suportados por estruturas de formação profissional com história e doutrina, são, sem dúvida, um grande ponto de partida.

Ainda assim, não pretendemos com o atrás descrito esquecer a mais-valia e existência de uma Escola Nacional de Bombeiros, mas que neste momento não se nos afigura como estrutura com a resposta pretendida para solucionar casos na AML.

BOMBEIROS MUNICIPAIS DO FUNCHAL

Incêndios
Formação

Inundações
Abalroamentos

Desabamentos

www.cm-funchal.pt
cmf@cm-funchal.pt



O Secretário de Estado presidiu à sessão de abertura. Na mesa, Sofia Rufino (ENB), o Comandante do RSB, Coronel Joaquim Leitão, o vice-presidente da ANBP, Sérgio Carvalho, o Diretor Nacional de Planeamento e Emergência, José Oliveira, e o 2ºCODIS Lisboa, André Fernandes

Seminário: “Jornalistas e Bombeiros: a missão de informar e de alertar”

Por Cátia Godinho

“Jornalistas e Bombeiros” foram os protagonistas do seminário que decorreu no dia 2 de Abril no auditório do Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, promovido pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, no âmbito das XXI Jornadas da Prevenção e Segurança na Floresta do Betão. Em debate a “missão de informar e de alertar” que compete a estas duas profissões, no desempenho do seu trabalho diário e na resposta às necessidades da sociedade. Acontecimentos recentes, como a questão do abandono dos idosos, provam que os dois mundos se tocam, já que as notícias desenca-



O Secretário de Estado da Administração Interna, Filipe Lobo d'Ávila

deiam ações por parte dos agentes de proteção civil, cuja ação, por sua vez, gera notícia.

As ligações nem sempre pacíficas estabelecidas entre jornalistas e bombeiros, a relação entre quem procura a notícia e a fonte que a fornece foram pontos abordados pela jornalista Céu Neves, atualmente Grande Repórter do jornal Diário de Notícias, e que foi uma das oradoras convidadas do seminário. Na sua intervenção, abordou o tema das fontes justificando a necessidade destas serem fidedignas e de confiança para que se possam citar e servir de base de sustentabilidade para a própria notícia. A omissão da informação, muitas vezes utilizadas pelos agentes da proteção civil, foi também colocada em cima da mesa como um fator



Mesa dos oradores convidados, com Filomena Barros, da Rádio Renascença (esq.) e Céu Neves, do Diário de Notícias (dir.)



O Comandante do RSB, Coronel Joaquim Leitão



O vice-presidente da ANBP, Sérgio Carvalho

Pub



Alugamos Vespas

(00351) 291763366



Rua Velha da Ajuda, 9
9000-115 Funchal
Madeira, Portugal



condicionante da notícia, uma vez que pode conduzir à procura de informação junto de fontes menos credíveis e informadas. Um aspeto reconhecido por algumas entidades presentes na plateia, como o 2º Comandante do Centro Distrital de Operações de Socorro de Lisboa, André Fernandes, que salientou a importância de prestar informações aos jornalistas, quando solicitadas, sob pena das notícias não transmitirem os factos corretos por falta de informação adequada.

As dificuldades de comunicação existentes entre jornalistas e agentes de proteção civil foi outra perspetiva em análise, levada a debate pela jornalista Filomena Barros, da Rádio Renascença, também oradora convidada deste seminário. A importância da fonte ser clara e concisa da transmissão da informação, não descurando, no entanto, o pormenor, bem como o valor-notícia foram pontos abordados como fundamentais para fazer de um acontecimento/evento notícia e passá-la aos leitores, espectadores ou ouvintes.

A abordagem da temática em torno da relação que jornalistas e bombeiros estabelecem no exercício da sua profissão levou ainda à discussão sobre a falta de especialização dos profissionais de comunicação em matéria de proteção civil.

Os constrangimentos económicos, aliados ao dever de “informar ao minuto” levam a que, nas redações, também os jornalistas sejam, como referiu a jornalista Céu Neves, “bombeiros”, ou seja, avancem para a cobertura de qualquer acontecimento, independentemente da sua especialidade.

Apesar dos constrangimentos detetados



Elementos da nova recruta dos Bombeiros Municipais de Santarém, acompanhados por Filipe Almeirante, dos B.M. Santarém



Presidente da Associação Portuguesa de Surdos, José Alberto Ferreira



O 2ºCODIS de Lisboa, André Fernandes e Sofia Rufino, da ENB

na comunicação entre jornalistas e agentes de proteção civil todos foram unânimes na conclusão de que “agora está tudo muito melhor do que antes”. Se, por um lado, há uma maior sensibilidade dos jornalistas para a abordagem dos assuntos, por outro lado, há uma maior disponibilidade das fontes ligadas à proteção civil para prestarem a informação solicitada.

A necessidade de formação de parte a parte foi também reconhecida: os jornalistas devem aprender a melhor maneira de abordar os assuntos relacionados com o sector e os bombeiros devem saber a forma ideal para transmitir as informações de que dispõem. Isto porque, afinal, as duas profissões têm uma missão comum: a de informar e a de alertar.

Entre a plateia que assistiu à intervenção das oradoras convidadas deste seminário esteve o presidente da Associação Portuguesa de Surdos, José Alberto Ferreira, acompanhado por uma profissional de língua gestual.

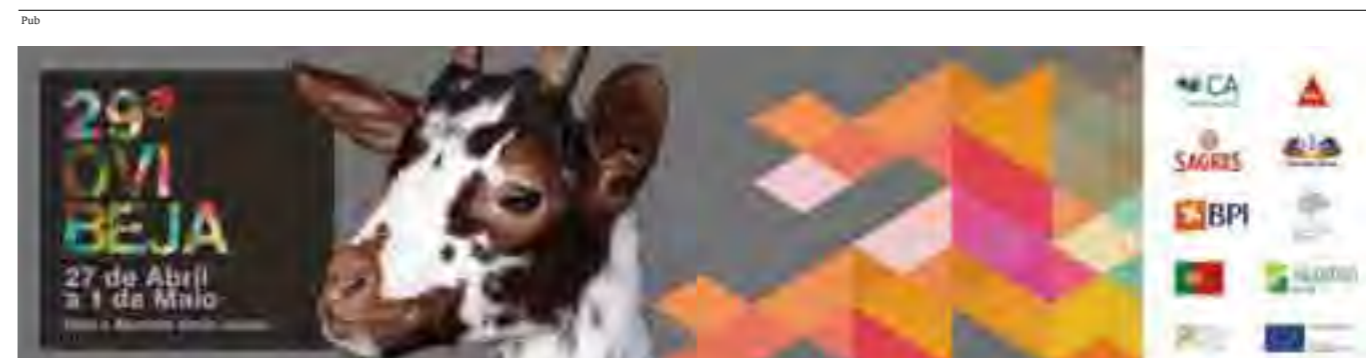
A sua intervenção alertou para o facto de haver, até agora, pouca sensibilidade para o socorro a pessoas com deficiência auditiva. As dificuldades de comunicação tornam difícil a comunicação entre os surdos e os bombeiros ou agentes de proteção civil, aquando da prestação de socorro. A necessidade de formação dos bombeiros e da adequação dos meios de alerta a pessoas portadoras



O Comandante dos B.V. Carnaxide, José Luís Gouveia



O Diretor do Dep. Polícia Municipal e Proteção Civil da C.M. Oeiras, Subintendente Filipe Palhau



Oradores convidados



Perfil
Céu Neves é jornalista do Diário de Notícias desde 1992, atualmente tem a categoria de Grande Repórter e integra a secção dos temas da Sociedade.



Perfil
Filomena Barros é Jornalista da Rádio Renascença. É licenciada em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É sub-editora da manhã da RR. Colabora com o projeto de solidariedade "Cordão da Amizade".

de deficiência foi uma das propostas deixadas na mesa, no decorrer deste seminário.

Secretário de Estado presidiu à sessão de abertura
A iniciativa foi considerada pelo Secretário de Estado da Administração Interna, que presidiu à abertura deste seminário, como uma "excelente iniciativa, na linha do que tem vindo a ser desenvolvido pela ANBP". Filipe Lobo d'Ávila considerou "ambos os papéis essenciais nos tempos que vivemos. Ao jornalista é dado o direito e dever de transmitir à sociedade informações de interesse público. Todos sabemos dos sacrifícios inerentes aos bombeiros, são o primeiro contacto em situações de proteção e socorro".

Ao abrigo do tema deste seminário "Jornalistas e Bombeiros - a missão de alertar e de informar", o Secretário de Estado lembrou que a comunicação tem uma palavra a dizer no que toca à "informação à sociedade do trabalho essencial desenvolvido pelos bombeiros"

Já o comandante do Regimento Sapadores de Lisboa, Coronel Joaquim Leitão, salientou a importância do rádio portátil num kit de emergência, "para o cidadão acompanhar a informação" em cenários de catástrofe, saudando, na sua intervenção, a relevância do seminário promovido pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais.

Neste seminário estiveram também presentes o Diretor Nacional de Planeamento de Emergência (Autoridade Nacional da Proteção Civil), Engenheiro José Oliveira e Sofia Rufino, do departamento de formação da Escola Nacional de Bombeiros.

Na plateia marcaram presença bombeiros e comandantes de

jogue com qualidade certificada

jogue connosco!

www.nic.pt

eic



A intérprete da língua gestual, Cláudia Dias, da Servin, acompanhou o presidente da Associação Portuguesa de Surdos, neste seminário

várias corporações do país. Entre elas, do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, Bombeiros Municipais de Santarém, Bombeiros Voluntários de Cercal do Alentejo, Bombeiros Voluntários de Odemira, Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique, Bombeiros Voluntários de Carnaxide e Bombeiros Voluntários de Queluz.



O Sec. Est. Filipe Lobo d'Ávila, o vice-presidente ANBP, Sérgio Carvalho e o comandante RSB, Coronel Joaquim Leitão.

AM TERRA E NO MAR

www.nic.pt

Baía do Tejo

Soluções
Serviços
Projectos

Espaços de Futuro
Venha Visitar-nos



O Secretário de Estado salientou a importância de uma boa articulação entre a comunicação social e os bombeiros para a informação da população

“Se a informação passar, conseguimos diminuir as ocorrências e o risco para as populações”

O Secretário de Estado da Administração Interna, Filipe Lobo d'Ávila presidiu à sessão de abertura do Seminário “Jornalistas e Bombeiros: a missão de alertar e de informar”. Uma iniciativa que o responsável do governo considerou ser “bastante oportuna”.

Como comenta a iniciativa da ANBP, numa altura em que todos os dias nos chegam notícias de incêndios em Portugal?

A iniciativa vem numa altura bastante oportuna, porque a informação que passamos à população em matéria de proteção e socorro é essencial para salvar vidas, para adotar novos comportamentos e para saber reagir a

determinadas ocorrências que possam surgir. Basta pensar naquilo que seria a ocorrência de um sismo na cidade de Lisboa ou em qualquer outro sítio, para saber que, se houver informação pela positiva, que esclareça os comportamentos a adotar, há vidas que podem ser salvas. Por outro lado, no tempo em que vivemos, em que há uma sobrecarga de ocor-

Perfil

Filipe Lobo d'Ávila nasceu no Porto em 1975. Licenciou-se em Direito pela Universidade Católica de Lisboa em 1999, fez uma Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 2000, foi auditor do Curso de Defesa Nacional em 2003/2004, fez o Curso para Altos Dirigentes do Ministério da Justiça em 2004 e o Curso Avançado de Gestão Pública em 2006. Deputado do CDS-PP eleito pelo círculo eleitoral de Santarém nas XI e XII. É Secretário de Estado da Administração Interna desde Junho de 2012.

rências em todo o país, passar informação é essencial. E dou um exemplo: temos tido muitas ocorrências em determinados distritos do país, a Norte, onde muitas se devem a práticas que derivam daquilo que é a cultura portuguesa nessas mesmas localidades, e que tem a ver com a renovação de pastagens, queimadas e uso do fogo em meios rurais e na floresta. Se a informação passar, se as pessoas souberem que há índices elevados de incêndio florestal e que essas práticas de queimadas estão proibidas, conseguimos diminuir as ocorrências e o risco que essas populações têm. Este seminário põe em cima da mesa, por um lado, uma boa articulação entre a comunicação social e os bombeiros e por outro o alerta para algumas destas práticas.

Na origem de alguns incêndios estará mão criminosa. Há alguma medida para tentar travar esta tendência?

No início deste ano foi aprovada uma legislação que vai aumentar a moldura penal dos crimes de fogo posto na floresta. Já foi aprovado na Assembleia da República, já está em vigor e terá efeito a médio/longo prazo. Este ano temos tido um aumento do número dessas situações e do número de detenções, mas é evidente que as forças de segurança têm essas pessoas sinalizadas para evitar que reincidam.

Este é um trabalho de prevenção muito grande em termos de informação das pessoas. A maior parte das situações não têm origem criminosa, são antes casos de negligência. E nestes casos, todas as entidades com responsabilidade nesta área não se devem eximir de tentar divulgar e passar informação necessária e imprescindível.

Outra questão muito importante é a forma como a comunicação social trata estas matérias. Vamos assistindo, na televisão, a imagens chocantes de incêndios florestais e que nos chamam a atenção para a importância de adotarmos boas práticas.

O elevado número de incêndios levou a que o MAI tomasse medidas de reforço de operacionais no terreno. Já houve algum feedback dessa medida?

O que fizemos a propósito dos incêndios fora de época e que têm levado a uma sobrecarga dos bombeiros, face à difícil situação financeira, foi fazer duas antecipações de verbas para os bombeiros de 100 corporações. O MAI não só regularizou todas as dívidas que tinha na passagem de ano, como fez esta antecipação de 800 mil euros às corporações. Do



ponto de vista operacional foram adoptadas medidas de reforço de equipas dos GIPS ao nível do patrulhamento e combate de primeira intervenção e ao nível da Força Especial de Bombeiros.

Foi ainda accionado o Plano Lira, que fez

“todas as entidades com responsabilidade nesta área não se devem eximir de tentar divulgar e passar informação necessária e imprescindível”

com que diversos pelotões estivessem no terreno em diversos distritos, em operações de rescaldo e de vigilância, o que é essencial e demonstra uma boa articulação com as Forças Armadas. Além disso, continuamos a fazer um acompanhamento diário, porque não excluimos que tenham que ser tomadas outras medidas excepcionais. As condições climáticas têm sido completamente atípicas, tem sido o ano mais seco dos últimos 81 anos. Essa

secura tem resultados evidentes no número de ocorrências e de incêndios florestais.

O dispositivo está a responder, mas nós temos que fazer um acompanhamento diário porque os bombeiros e as bombeiras têm sido sujeitos a uma grande sobrecarga.

A par dos incêndios, as chuvas dos últimos dias já provocaram inundações. De que forma é que estão a ser contornadas estas ocorrências?

Na passada sexta-feira (dia 30 de Março) desloquei-me a Castelo Branco e até Santarém chovia torrencialmente. No Norte, não chovia. O mesmo dispositivo, os mesmos homens que num dia estavam a combater incêndios florestais a norte, no centro e sul estavam a fazer face a inundações e cheias. Isto não é novo. No ano passado, Outubro, foi também muito atípico, com temperaturas elevadas. Num dia, o mesmo dispositivo fez face a cerca de 300 incêndios em todo o país e no dia seguinte fez face a inundações e cheias, naquele que foi o dia com a maior precipitação do ano.

É cada vez mais difícil fazer uma calendarização e planeamento de combate a todas estas situações climáticas e isso só tem sido possível graças ao empenhamento de todos, a começar pelos bombeiros e bombeiras.

2012 - Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações



A

A Comissão Europeia decidiu dedicar o ano de 2012 à questão do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações. O tema é abordado em três perspetivas: o emprego, a participação na sociedade e a autonomia. O objetivo é avaliar e valorizar o contributo das pessoas idosas, tendo em conta a evolução demográfica em curso na Europa.

penas 42 por cento dos europeus estão preocupados com o envelhecimento da população nos 27 estados-membros, embora 71 por cento estejam conscientes deste facto. A conclusão é apontada no Eurobarómetro divulgado a 13 de Janeiro, a anteceder a abertura do Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações.

O inquérito revela também que para a maioria dos cidadãos, as pessoas com mais de 65 anos desempenham um papel essencial em áreas fundamentais da sociedade. Por outro lado, mais de 60 por cento estão convictos de que se pode continuar a trabalhar após a idade da reforma e um terço afirma que eles próprios gostariam de prolongar a vida profissional.

Esta realidade coloca vários desafios, à sociedade e aos governos. László Andor, Comissário para o Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão, reconheceu, na ceri-

mónia de abertura do Ano Europeu, em Copenhaga, no dia 18 de Janeiro, que este evento surge “no momento certo” porque “durante anos, temos vindo a falar dos desafios que o envelhecimento coloca às economias e sociedades europeias, mas quando discutimos a evolução demográfica temos tendência para olhar para um futuro distante – um quarto de século à frente. No entanto, esquecíamos o facto de estarmos num crítico ponto de viragem, na medida em que as crianças do baby-boom (1945-1964, no período pós-Segunda Guerra Mundial) estão a atingir a idade da reforma”.

Na população da União Europeia, a proporção de pessoas com 55 ou mais anos aumentou de 25 por cento em 1990 para 30 por cento em 2010 e estima-se que chegue perto dos 40 por cento em 2060. A previsão é apontada pelo estudo do Eurostat, o gabi-

nete de estatísticas da UE.

O “retrato estatístico da União Europeia – 2012” mostra que Portugal, em 1990, tinha 11 por cento da população com idade entre 55 e 64 anos, e 13,2 por cento de pessoas com mais de 65 anos. Em 2010, segundo o mesmo documento, o nosso país tinha 11,9 por cento de pessoas com idades entre 55-64 anos e 17,9 por cento com mais de 65 anos.

O estudo indica também a taxa de empregabilidade nos diversos níveis etários: em 1990, 18 por cento da população com mais de 65 anos mantinha-se activa, em 2010 a percentagem desceu para 16,5 por cento.

A Estratégia 2020 apontou, entretanto, o objectivo de atingir uma taxa de emprego de 75 por cento na faixa etária dos 20 aos 64 anos e a redução de, pelo menos, 20 milhões de pessoas em situação de pobreza

Comissário László Andor, na abertura do Ano Europeu do Envelhecimento Activo e Solidariedade entre Gerações, a 18 de Janeiro, em Copenhaga, capital da Dinamarca

AFP PHOTO / ANDREAS HILLEREGREN



ou exclusão social. Mas para aí chegar, a Comissão Europeia defende uma nova atitude em relação às pessoas idosas e aponta a necessidade de se reforçar a solidariedade entre gerações.

“Sem envelhecimento activo, mais pessoas idosas podem viver na pobreza, na medida em que os nossos sistemas de pensões crescem de forma insustentável”, alertou o comissário László Andor.

Portugal à beira de um tsunami demográfico

Este alerta é feito pela Coordenadora Nacional deste Ano Europeu, Joaquina Madeira, para sublinhar que “andamos um bocadinho distraídos” com o que se passa em termos da população portuguesa. “Temos menos filhos, mais idosos e com mais tempo de vida”. Por outras palavras, vivemos mais e melhor, mas a curva demográfica mostra que a população tem dificuldades em garantir a reprodução. E assim quem vai cuidar dos mais velhos, no futuro? Já para não falar da imperiosa necessidade de garantir a sustentabilidade da segurança social e do sistema de pensões.

Num encontro da Cáritas, em Leiria, realizado a 18 de Março, Joaquina Madeira afirmou que Portugal não está a repor a demografia e que até 2050 “os últimos números apontam para uma duplicação da percentagem de idosos”.



Se, por um lado, a “longevidade tem de ser vista como uma vitória para a humanidade”, por outro lado, “é necessário mudar o paradigma de que as pessoas depois da reforma deixam de ser produtivas”, sugere.

Mas é preciso ir ainda mais longe: “se não existir solidariedade entre gerações não haverá um envelhecimento activo feliz”.

Os casos em que os idosos morrem sozinhos em casa devem preocupar a

sociedade. Ainda que a responsabilidade seja do “modelo de sociedade consumista, pós-industrial, materialista, que relegou os mais frágeis para uma posição em que são pouco alvo de atenção e solidariedade”, acrescentou em declarações à Agência Lusa.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que, em 2011, mais de 1,2 milhões de idosos viviam sozinhos ou



Joaquina Madeira, coordenadora nacional do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações



visa sensibilizar e chamar a atenção para o contributo das pessoas mais velhas para a sociedade e promover medidas que criem melhores oportunidades para essas pessoas se manterem ativas.

O caminho é apontado em três dimensões:

- O envelhecimento ativo no emprego: – Incentivar os trabalhadores mais velhos a permanecer no mercado de trabalho exige, nomeadamente, a melhoria das condições de trabalho e a adaptação destas ao estado de saúde e às necessidades desses mesmos trabalhadores, bem como a atualização das suas competências através de um melhor acesso à aprendizagem ao longo da vida e da revisão dos sistemas fiscais e de prestações sociais, a fim de garantir a existência de incentivos eficazes ao prolongamento do tempo de trabalho.

- Participação na sociedade: melhorar as oportunidades e as condições para que as pessoas mais velhas possam contribuir para a sociedade enquanto voluntários ou prestadores de cuidados a familiares e participar na sociedade, evitando assim sentimentos de isolamento social e muitos dos problemas e riscos que lhe estão associados.

- Vida independente: a promoção da saúde e os cuidados de saúde preventiva através de medidas que maximizem os anos de vida saudável e previnam a dependência, ao mesmo tempo que se torna o ambiente (edifícios públicos, infraestruturas, transportes) mais acessível, permitindo às pessoas mais velhas permanecerem o mais independente possível.

Percentagem de população com 55-64 e + 65 anos de idade

	1990		2010	
	55-64 anos	+ 65 anos	55-64 anos	+ 65 anos
EU27	10.8	13.7	12.2	17.4
Bélgica	11.5	14.8	12.2	17.2
Bulgária	12.7	13.0	13.8	17.5
Rep.Checa	10.4	12.5	14.1	15.2
Dinamarca	9.8	15.6	13.1	16.3
Alemanha	11.1	14.9	11.9	20.7
Estónia	11.3	11.6	11.9	17.1
Irlanda	7.9	11.4	10.1	11.3
Grécia	12.5	13.7	12.0	18.9
Espanha	11.1	13.4	10.9	16.8
França	10.5	13.9	12.6	16.8
Itália	11.8	14.7	12.3	20.2
Chipre	8.1	10.8	11.3	13.1
Letónia	11.6	11.8	11.4	17.4
Lituânia	10.8	10.8	10.7	16.1
Luxemburgo	11.4	13.4	10.8	14.0
Hungria	11.5	13.2	13.2	16.6
Malta	9.0	10.4	14.1	14.8
Holanda	9.4	12.8	13.0	15.3
Austria	10.4	14.9	11.3	17.6
Polónia	10.0	10.0	12.9	13.5
Portugal	11.0	13.2	11.9	17.9
Roménia	11.1	10.3	11.8	14.9
Eslovénia	10.8	10.6	12.8	16.5
Eslováquia	9.2	10.3	12.2	12.3
Finlândia	10.2	13.3	14.7	17.0
Suécia	10.0	17.8	12.9	18.1
Reino Unido	10.3	15.7	11.8	16.5

Fonte: Eurostat – retrato estatístico da União Europeia 2012
Elaboração própria

Taxa de emprego por grupos etários

	2000				2010			
	20-64 anos	55-59 anos	60-64 anos	+ 65 anos	20-64 anos	55-59 anos	60-64 anos	+ 65 anos
EU27	66.5	50.3	23.0	5.0	68.6	60.9	30.5	4.7
Bélgica	66.3	37.9	12.4	1.6	67.6	53.1	20.2	2.0
Bulgária	56.5	33.5	10.5	2.9	65.4	62.2	26.6	2.8
Rep.Checa	70.9	50.2	16.9	4.1	70.4	67.1	25.2	4.7
Dinamarca	77.9	72.6	30.9	2.5	76.1	75.9	39.6	6.2
Alemanha	68.7	56.4	19.6	2.6	74.9	71.5	41.0	4.0
Estónia	67.4	58.6	29.9	7.5	66.7	63.1	42.8	8.3
Irlanda	70.1	53.1	35.8	8.1	64.9	58.8	40.2	8.6
Grécia	62.1	48.4	31.9	5.3	64.0	53.9	30.5	4.0
Espanha	60.6	46.2	26.7	1.6	62.5	54.4	32.0	2.0
França	67.4	48.1	10.2	1.1	69.1	60.6	17.9	1.6
Itália	57.1	36.5	18.0	3.1	61.1	52.7	20.5	3.1
Chipre	72.0	60.6	35.3	10.3	75.4	69.7	41.9	12.9
Letónia	63.4	49.3	21.8	6.6	65.0	64.3	29.4	5.6
Lituânia	66.1	56.2	25.8	7.8	64.4	61.1	33.8	4.5
Luxemburgo	67.5	38.9	14.5	(1.6)	70.7	55.7	20.1	(3.4)
Hungria	60.9	33.7	7.6	1.7	60.4	51.7	13.0	1.9
Malta	57.5	45.3	(10.8)	-	60.1	49.3	14.2	(3.5)
Holanda	74.2	54.1	18.5	2.6	76.8	70.3	37.3	5.9
Austria	70.7	42.4	12.1	2.9	74.9	61.0	22.3	5.3
Polónia	61.1	37.7	20.9	7.8	64.6	45.8	19.1	4.7
Portugal	73.4	57.7	31.7	(8.0)	70.5	51.8	41.1	(6.3)
Roménia	70.5	56.6	48.0	38.2	63.3	50.2	29.5	13.0
Eslovénia	68.5	29.0	15.1	7.4	70.3	46.9	19.5	7.3
Eslováquia	63.0	34.5	6.1	0.8	64.6	57.9	17.2	1.6
Finlândia	72.3	58.5	22.8	2.3	73.0	72.5	40.8	4.1
Suécia	76.3	78.6	46.0	4.9	78.7	80.7	61.0	6.3
Reino Unido	73.9	63.2	36.1	5.2	73.6	70.8	44.0	8.5

() dados com reduzida fiabilidade devido a amostra reduzida
: dados não publicados devido a reduzido tamanho da amostra

Fonte: Eurostat – retrato estatístico da União Europeia 2012
Elaboração própria

em companhia de outras pessoas com mais de 65 anos, representando cerca de 60 por cento da população idosa a viver nestas condições.

O INE fala no fenómeno do duplo envelhecimento, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem. Este cenário agravou-se na última década no nosso país. Os resultados do Censos 2011 mostram que 15% da população residente em Portugal se encontra no grupo etário mais jovem (0-14 anos) e cerca de 19% pertence ao grupo dos mais idosos, com 65 ou mais anos de idade. O índice de envelhecimento da população é de 129, o que significa que por cada 100 jovens há hoje 129 idosos. Em 2001 este índice era de 102.

Há cerca de 30 anos, em 1981, perto de 1/4 da população pertencia ao grupo etário mais jovem (0-14 anos), e apenas 11,4% estava incluída no grupo etário dos mais idosos (com 65 ou mais anos).

São estes números que dão que pensar neste ano de 2012, dedicado ao envelhecimento activo e solidariedade entre gerações. Mas não só...

Envelhecimento activo em três dimensões

A proposta da Comissão Europeia para este ano, e que será traduzida nos programas específicos dos 27 estados membros,

A questão do transporte de crianças em segurança

A

notícia chocou a Europa e correu mundo pelo seu conteúdo trágico. Vinte e oito pessoas, de nacionalidade belga, morreram na sequência de um acidente no autocarro onde seguiam, na Suíça, no dia 14 de Março. Entre as vítimas mortais estavam 22 crianças, que regressavam a casa depois de umas férias na neve. Vinte e quatro tiveram que receber tratamento hospitalar, na sequência dos ferimentos, em alguns casos, graves.

O autocarro, que transportava 52 pessoas, despistou-se, embatendo no muro que delimita uma área de paragem de



D.R.

emergência do túnel de Sierra, no Cantão do Valais, junto às estâncias de neve populares dos Alpes Suíços.

De acordo com o resultado das investigações ao acidente, o autocarro não seguia em excesso de velocidade, na altura do despieste, e não houve outro veículo envolvido no acidente. Em aberto ficaram as hipó-

teses de falha técnica, doença súbita do motorista ou erro humano. De acordo com dois jornais belgas, alguns dos sobreviventes contaram que o motorista tentou colocar um DVD no leitor, momentos antes do embate fatal, mas as causas exatas do acidente ainda estão por apurar.

Acidentes como este trazem de novo



Fonte APSI



à atualidade a problemática do Transporte Coletivo de Crianças (TCC), que abrange, entre outros, o transporte escolar.

Em Portugal, a Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI) tem dedicado parte da sua actividade a apelos à prevenção no transporte particular e coletivo de crianças, promovendo acções de formação e de sensibilização de forma a alertar para as regras de segurança que se devem cumprir quer no TCC, que no transporte particular dos mais pequenos.

De acordo com Helena Sacadura Botte, técnica de segurança infantil da APSI, em declarações à Revista Alto Risco “não há estudos que indiquem discriminadamente os acidentes rodoviários envolvendo crianças, quanto ao tipo de transporte (particular ou coletivo)”. No entanto, um estudo do European Transport Safety Council, tornado público em 2009, indica que Portugal baixou em 15% o número de vítimas dos 0 aos 14 anos na estrada, entre os anos de 1998 e 2007. Depois de Portugal, aparecem a França, Eslovénia, Suíça, Irlanda e Bélgica, que registaram reduções de 10%.

Numa avaliação global, “a Segurança

Os motoristas devem possuir um certificado emitido pelo IMTT, válido por 5 anos, para exercerem esta actividade. Para a obtenção deste certificado devem preencher os seguintes requisitos:

- carta de condução válida para a categoria de automóvel em questão;
- pelo menos 2 anos de experiência de condução;
- documento comprovativo de inspeção médica, aferidor das aptidões físicas e psicológicas como é exigido aos motoristas de pesados de passageiros;
- certificado de idoneidade;
- frequência de pelo menos uma acção de formação profissional específica para este grupo de condutores.

A formação inicial deve ter uma duração de pelo menos 35 horas e abranger as seguintes áreas

- Prevenção rodoviária;
- Legislação rodoviária;
- Legislação sobre transporte escolar/crianças;
- Teoria e prática da condução;
- Aspectos psicossociológicos da função de motorista;
- Primeiros socorros;
- Relacionamento interpessoal.

A APSI tem previstas acções para Maio em Lisboa (Curso de Formação Inicial de Motoristas de TCC – 28, 29, 30 e 31 e Curso de Formação Complementar de Motoristas de TCC – 12, 19 e 26) e no Porto (Curso de Formação Complementar de Motoristas de TCC -21, 22 e 23 e Curso de Acompanhantes de TCC – 21 e 22).



Rodoviária Infantil melhorou consideravelmente em todos os 30 países abrangidos pelo PIN (Road Safety Performance Index) durante a década de 1998 a 2007”, esclarece.

Em Portugal, já existe, desde 2006, legislação para o TCC, depois de “anos de investigação e de pressão sobre este tema” por parte da APSI. No entanto, há ainda “falhas na sua aplicação” que podem comprometer a segurança dos mais pequenos, nomeadamente no que diz respeito à utilização de cadeirinhas. “É urgente que o legislador clarifique que as cadeirinhas são obrigatórias no TCC e que atribua de forma inequívoca responsabilidades e penalizações para quem não cumpra este requisito”, defende Helena Sacadura Botte, que encontra pontos na legislação que deveriam ser revistos, nomeadamente “as exceções aplicadas a determinadas instituições e a não obrigatoriedade de presença de um vigilante nos veículos ligeiros”.

A fiscalização relativa ao Transporte

Coletivo de Crianças é feita pela Polícia de Segurança Pública e pela Guarda Nacional Republicana, a quem deve ser denunciada qualquer suspeita de irregularidades neste transporte. Já as ações de fiscalização aos veículos são da responsabilidade do Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT).

A APSI tem desenvolvido ações de sensibilização e esclarecimento sobre a segurança no TCC. O trabalho realizado nesta área, onde se incluem estudos, legislação, formação para motoristas e acompanhantes, já lhe valeu um prémio da Fundação Norauto (França) em 2007, que por sua vez “permitiu levantar o tema a nível europeu e sensibilizar outros países para a importância da criação de legislação”, explica a APSI, “numa área em que Portugal foi pioneiro”. Prémio que repetiu em 2008, na sequência de um projeto subsidiado pelo Ministério da Administração Interna, sobre a segurança da criança passageiro.

A importância das cadeirinhas de automóvel

A utilização dos Sistemas de Retenção para Crianças é um requisito obrigatório para o transporte de crianças até aos 12 anos de idade e 150 cm de altura, de acordo com o Código da Estrada em vigor. A partir dessa altura, a criança já pode utilizar apenas o cinto de segurança do automóvel.

Uma Orientação da Direção - Geral de Saúde, datada de Setembro de 2010, defende que as crianças devem viajar voltadas de costas para o sentido do trânsito até aos 3 ou 4 anos, considerando ser esta “a posição mais segura para as transportar no automóvel, devido à fragilidade do pescoço e ao peso da cabeça”.

A utilização de sistemas de retenção é obrigatória no transporte em automóvel, assim como no transporte coletivo de crianças. Os sistemas de retenção de crianças são classificados de acordo com o peso e a idade da criança.

No Transporte Coletivo de Crianças (TCC) devem respeitar-se as disposições da Lei 13/2006 de 17 de Abril:

- Utilização de cintos de segurança e de sistemas de retenção para crianças, devidamente homologados;
- Respeitar sempre a lotação do veículo, sendo que nos automóveis com mais de 9 lugares as crianças com menos de 12 anos não podem sentar-se nos lugares contíguos ao do motorista e nos lugares da primeira fila (artigo 10º);
- Presença de pelo menos um acompanhante adulto, designado por vigilante, que deve utilizar colete retrorrefletor; ou 2 acompanhantes em veículos de 2 pisos ou se o veículo transportar mais de 30 crianças;
- Nas tomadas e largadas devem escolher-se locais que não ponham em risco a segurança das crianças, sempre que possível dentro de recintos ou em locais devidamente assinalados junto das instalações a que se dirigem. Sempre que possível devem parar o mais próximo do local de tomada ou largada, não devendo fazê-lo no lado oposto da faixa de rodagem nem em vias que não tenham passeios.

Automóveis (ligeiros ou pesados) utilizados no TCC:

- estão sujeitos a licença emitida pelo IMTT – válida por 2 anos e renovável;
- a licença é emitida ou renovada após inspeção específica realizada em centros de inspeção de categoria B;
- devem estar identificados com dístico – ver modelo no Anexo III da Portaria 1350/2006 de 27 novembro;
- os automóveis utilizados por empresas licenciadas devem ostentar uma placa com o número do respectivo alvará;
- obrigatoriedade de utilização de veículos equipados com cintos de segurança em todos os lugares;
- portas só podem ser abertas pelo exterior ou através de sistema comandado pelo motorista. As janelas devem ter vidros inamovíveis ou travados a um terço da abertura total;
- veículos devem estar equipados com tacógrafo;
- veículos equipados com extintor de incêndios e caixa de primeiros socorros;
- o veículo deve circular com as luzes de cruzamento (médios) acesas e acionar as luzes de perigo quando pára.



Miguel Filipe Machado de Albuquerque

Perfil

Miguel Filipe Machado de Albuquerque, nasceu no Funchal em Maio de 1961, é Presidente da Câmara Municipal do Funchal desde Setembro de 1994 (tendo sido reeleito em 1998, 2001, 2005 e 2009) e membro do Conselho Directivo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses desde 13 de Abril de 2002. É licenciado em Direito e Advogado.

“As épocas de maior contração económica são as épocas de ouro para o ordenamento do território”

Na história recente da Madeira escreveu-se uma página marcada pelos dramáticos acontecimentos do dia 20 de fevereiro de 2010. Dois anos depois, a cidade do Funchal (uma das mais afectadas pela enxurrada) continua a recuperar algumas das suas estruturas. O presidente da Câmara Municipal do Funchal, Miguel Albuquerque, em entrevista à Revista Alto Risco, falou da aprendizagem que decorreu dessa intempérie e das atuais preocupações económicas e sociais na ilha da Madeira.

Dois anos depois da catástrofe que assolou a Ilha da Madeira, que memórias é que guarda desse dia?

Um sábado de manhã em que acordo para os afazeres habituais. Nesse dia tinha uma reunião no Funchal e quando me dirigia para o local percebi rapidamente que a chuva que caía superava tudo aquilo que era habitual. Instintivamente, convoquei a minha equipa de vereação, e desencadeei todos os procedimentos

necessários para responder à emergência. Depois, recordo dias intermináveis de trabalho, e uma onda e força de solidariedade que atravessou toda a população do Funchal e da Madeira.

Não posso deixar de recordar, nesta vossa revista, o trabalho incansável de todos os Bombeiros durante esses dias (e que foram justamente homenageados por Sua Excelência, o Presidente da República), bem como a trágica ocorrência que nos fez desaparecer o Francisco Belo, nosso Bombeiro Municipal.

O que é que ainda falta recuperar?

As infra-estruturas essenciais ao normal funcionamento da cidade foram colocadas em atividade no decorrer da semana seguinte ao 20 de fevereiro num trabalho verdadeiramente notável e hercúleo de toda a população madeirense. Hoje, aguardamos ainda a conclusão de algumas obras de regularização de pequenos cursos de água, de consolidação de taludes e de um jardim público no centro da cidade. Ainda em consequência dessas obras, estão ainda por resolver definitivamente alguns casos de realojamento de famílias que aguardam pareceres técnicos em relação às suas habitações que



O presidente da C.M.Funchal, Miguel Albuquerque, preside à Comissão Municipal de Protecção Civil

foram afectadas, mas que estão devidamente alojadas em condições de total segurança e conforto.

Que aprendizagem é que foi retirada, mediante as consequências desta enxurrada? Que medidas é que foram tomadas de forma a evitar prejuízos humanos e materiais futuros?

Mais do que nunca, que a cidade, após o 20 de fevereiro de 2010 e os grandes incêndios que assolaram a mancha florestal sobranceira à cidade no Verão desse mesmo ano, está mais exposta ao risco e que, como estamos a observar este ano, o clima está em profunda mudança.

Temos de ter sempre, em todos os projetos que desenvolvemos, uma análise de risco muito séria. E isso está ser devidamente acautelado, por exemplo no processo de revisão do Plano Director Municipal que iniciamos, que irá verter as conclusões da Carta de Riscos elaborada por conta do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil que também estamos a preparar. Por outro lado, permita-me que refira que estas épocas de maior contração económica são as épocas de ouro para o ordenamento do território. E nós estamos decididos a aproveitá-la.

Já foram estabelecidos sistemas de alerta que prevejam um volume elevado de precipitação, para que as pessoas sejam evacuadas a tempo?

A Região Autónoma da Madeira continua a aguardar a instalação de um radar meteorológico

capaz de alertar com maior precisão para as frentes com grande intensidade de precipitação que se estão a aproximar do Arquipélago. Somos um pequeno ponto no meio da imensidão atlântica. Sem esse equipamento nunca seremos capazes de perceber, com exactidão, o que se está a aproximar.

As autoridades regionais têm vindo a trabalhar num conjunto de mecanismos capazes de minimizar e atrasar os efeitos dos aluviões, e, da nossa parte, temos vindo a apostar na educação da população para os comportamentos a ter

“A nível dos riscos, aqueles que mais nos preocupam é a possibilidade de ocorrência de chuvas intensas com deslizamentos de terras e consequentes aluviões, bem como os incêndios florestais”.

em situações de chuvas intensas, por forma a diminuir o risco para a vida das pessoas.

De que forma é que foi feito um acompanhamento das pessoas afectadas pelo temporal (pessoas que perderam as suas casas e/ou familiares)?

O Funchal teve mais de 881 famílias afetadas pelo evento de 20 de fevereiro de 2010. Todas as situações foram devidamente acompanhadas pelos técnicos da autarquia, segurança social e governo regional através da Investimentos Habitacionais da Madeira.

Numa primeira fase, de resposta imediata à crise, quem não tinha outro local de abrigo, foi abrigado em centros de acolhimento providenciado pelas entidades públicas que mencionei e com grande colaboração do Exército Português. Depois, caso a caso, as soluções foram sendo resolvidas, alojando provisoriamente umas famílias e outras em definitivo. As situações foram analisadas, como não podia deixar de ser, caso-a-caso.

Contudo, o grande apoio efetuado foi ao nível da cedência de material de construção civil (tinta, telha, loiças sanitárias, ferro, etc), material este que foi recebido através de uma onda de solidariedade sem precedentes no nosso país e que foi posteriormente disponibilizado às famílias através de um conjunto de Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho do Funchal. Recordo que nesta situação apoiamos cerca de 700 famílias.

Um dos principais problemas detectados naquele dia foi o colapso dos meios de comunicação. Esse problema já foi solucionado?

Nesse dia, acrescentando a todos os problemas que se vinham a verificar, tivemos ainda um período de blackout nas redes de comunicações digitais e móveis. Felizmente, a Câmara Municipal do Funchal decidiu, em devido tempo, não desativar a rede analógica, e no curto período de tempo que estivemos sem a nossa rede de comunicações, conseguimos manter os contactos essenciais através dos velhinhos rádios uhf. Posteriormente reequacionamos algumas das ligações fixas até às antenas da rede SIRESP, existindo hoje maiores garantias no sistema de comunicações.

A CMF procedeu ainda à reestruturação da Central de Comunicações do Departamento de Protecção Civil Municipal, num investimento superior a 110 mil euros, e que nos permite articular as ocorrências a que as duas Corporações de Bombeiros do Município dão resposta, bem como um conjunto de outras valências até então impossíveis de realizar.

Que mudanças foram operadas no concelho do Funchal, em matéria de protecção civil, nos últimos dois anos?

O Funchal encontra-se, neste momento, a ela-

“Tem sido feito um esforço extraordinário por parte quer do Município, quer do Governo Regional, no sentido de equipar as Corporações de Bombeiros do Funchal, com os mais sofisticados equipamentos de socorro”.

borar o seu Plano Municipal de Emergência e de Protecção Civil, mantendo-se até entrada em vigor deste novo, o anterior Plano Operacional. Numa fase em que já nos encontramos a testar este novo instrumento, estou convencido de que o mesmo permitirá a sistematização das medidas a adotar, para que, em caso de acidente grave ou catástrofe, seja possível atenuar os danos humanos e materiais. Os serviços autárquicos estão a colaborar

intensivamente com o consórcio encarregue da elaboração do Plano. Estamos certos de que só conseguiremos alcançar um Plano com a qualidade mas também com o pragmatismo que desejamos, se conseguirmos verter o know-how que todos tivemos a infelicidade de adquirir em 2010.

Como avalia a capacidade de intervenção dos bombeiros municipais da cidade? Considera que deveria haver um reforço de efectivos?

O Funchal dispõe de uma Corporação de Bombeiros Municipais e uma de Bombeiros Voluntários. Aos Municipais, enquanto força profissional, é incumbida a responsabilidade prioritária de atuação e comando das operações, sem prejuízo da eventual primeira intervenção dos Voluntários, em benefício da rapidez e prontidão no socorro e de acordo com o Plano Operacional das Operações de Socorro dos Bombeiros de ambas as corporações.

Esse Plano Operacional aponta concretamente o âmbito das responsabilidades de cada uma das Corporações de Bombeiros, definindo uma gestão mais racionalizada dos recursos humanos e dos meios materiais colocados à disposição de ambas as Corporações, de forma a garantir em tempo e eficácia a salvaguarda dos bens e das vidas dos Cidadãos.



Visita do Presidente da República, Cavaco Silva, à cidade do Funchal

Julgo, que no momento actual, não se justificam nem podemos ansiar por mais meios humanos, bem como de um maior investimento em equipamentos e infra-estruturas, pelo que o desejo passa por otimizar, ou seja, garantir mais eficácia com os meios que temos ao nosso dispor.

Os equipamentos e viaturas que dispõem são suficientes?

Tem sido feito um esforço extraordinário por parte quer do Município, quer do Governo Regional, no sentido de equipar as Corporações de Bombeiros do Funchal, com os mais sofisticados equipamentos de socorro.

No ano passado recebemos do Serviço Regional de Protecção Civil uma-auto escada de socorro, com uma capacidade de altura – totalmente alvorada – de 55 metros, e que vem permitir que a Cidade possa fazer face a eventuais

(sobre as cheias de 20 de fevereiro de 2010) “recordo dias intermináveis de trabalho, e uma onda e força de solidariedade que atravessou toda a população do Funchal e da Madeira”

sinistros em altura.

De igual modo, a própria Câmara Municipal adquiriu um novo Pronto Socorro Urbano, num investimento a rondar os 300.000 euros, subs-

tituindo um equipamento com mais de 30 anos, e que permitirá aos Municipais responderem a fogos urbanos e industriais, bem como realizarem intervenções em túneis com maiores garantias.

Quais as principais preocupações no município ao nível da segurança?

Com a elaboração do Plano Municipal de Emergência e de Protecção Civil do Funchal, confirmamos através da elaboração da Carta de Riscos do Concelho aquilo que o saber empírico sempre nos afirmou. O Funchal é uma cidade com uma orografia muito difícil, com elevada densidade populacional até à cota dos 500 metros. A nível dos riscos, aqueles que mais nos preocupam é a possibilidade de ocorrência de chuvas intensas com deslizamentos de terras e consequentes aluviões, bem como os incêndios florestais.

Também não devem ser descuradas as novas ameaças, como por exemplo as de natureza “antrópica”, já que actualmente nenhuma zona do planeta parece estar livre desses riscos. Zonas sensíveis e com forte actividade turística como os Arquipélagos da Macarónia, podem ter a sua imagem danificada e o impacto mediático poderá destruir seriamente as suas economias e limitar as suas capacidades de recuperação. Trabalhamos conjuntamente com os nossos parceiros dos Açores e Canárias para podermos ganhar economias de escala e estarmos mais bem preparados

Com a aproximação do Verão e a má memória dos incêndios que afectaram a ilha da Madeira nos últimos anos, que medidas estão a ser tomadas para fazer frente aos fogos florestais?

No Funchal, a gestão da área florestal é partilhada entre a Direcção Regional de Florestas e a Câmara Municipal, que é proprietária do

Parque Ecológico do Funchal. Cerca de 30% do Concelho é área florestal e olhamos para a floresta como um recurso único que temos de preservar. Todos os anos, ao aproximarmo-nos das épocas de maior calor, o Departamento Municipal de Bombeiros e Protecção Civil inicia um conjunto de medidas preventivas. A título de exemplo, refiro que no ano passado efectuamos quase 12 000 km em rondas de vigilância.

Um outro aspecto que gostaria de salientar é a determinação da equipa do Parque Ecológico do Funchal estar em articulação com os Bombeiros Municipais. Fazem parte do projecto de reflorestação do Parque e a sua opinião é determinante na decisão de construção de novas acessibilidades, aceiros, etc.

Que projectos gostaria de deixar concluídos no final deste mandato?

Uma cidade é um ser vivo que está sempre em profunda mudança. Todos os dias temos novos sonhos, novas aspirações. Faz parte da natureza humana, e ainda bem que assim o é...

A título de exemplo, gostaria de antes do final do mandato deixar ainda concluídas ou lançadas as obras de recuperação do importante Complexo Balnear do Lido que se encontra encerrado desde o dia 20 de Fevereiro, da Ciclovia na Estrada Monumental (o principal eixo hoteleiro da cidade), bem como do Museu de História Natural. Mas, acima de tudo, e na actual conjuntura, preocupa-me muito a capacidade de resiliência do Povo Funchalense para fazer face às medidas de austeridade anunciadas e que estão a ser implementadas. Perante tal, impõem-se às autarquias uma maior intervenção na área social em detrimento de grandes investimentos em obra pública.



O presidente e o vice presidente do Funchal (Miguel Albuquerque e Bruno Pereira, respetivamente) nos incêndios de 2010, no Parque Ecológico



Miguel Albuquerque no dia da enchurrada que arrasou a cidade (20 de fevereiro)



Eduardo Fausto Joanes

Bombeiro nos Corpos de Bombeiros Municipais da Figueira da Foz

Perfil

Eduardo Fausto Joanes é Bombeiro nos Corpos de Bombeiros Municipais da Figueira da Foz. Tem 37 anos. É licenciado em Psicologia, Mestre em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional e Life Coach. Bombeiro Municipal na Figueira da Foz.”

Introdução

Inserido no tema da liderança e comando, a tomada de decisão na actividade dos Bombeiros constitui um factor determinante para o sucesso de qualquer operação. No teatro das operações, os bombeiros são confrontados com situações que exigem respostas rápidas, e a partir delas, são propensos sob pressão a tomar decisões no âmbito do socorro e salvamento de vidas e bens. Estes profissionais muitas vezes tomam decisões ao segundo, pondo em risco as suas próprias vidas. Não têm a plena consciência de como o fazem, mas sabem que têm de o fazer. A importância que a tomada de decisões assume na actividade dos bombeiros é crescente. Importa por isso não só estudar como ela se processa, como também perceber os factores que a influenciam.

Abrindo uma nova linha de investigação, a tomada de decisão, foi investigada num estudo exploratório, que culminou com a defesa da Tese de Mestrado do autor, em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, no Instituto Superior Miguel Torga. Com o objetivo de dar a conhecer os resultados dessa investigação, este artigo aborda os factores que influenciam a tomada de decisão em ocorrências não rotineiras, junto de uma amostra de bombeiros profissionais portugueses.

Investigação

Neste campo das decisões de alto risco, sob grande pressão de tempo, esta investigação teve como objectivo principal estudar os factores que influenciam o desempenho dos bombeiros profissionais na tomada de decisão, em ocorrências de incêndios urbanos e acidentes de viação. De entre esses factores, destacamos o papel da formação profissional,

Tomada de decisão e desempenho dos Bombeiros Profissionais: ocorrências em incêndios urbanos e acidentes de viação

da experiência, seleção de chefias e da organização das equipas. Foram realizados dois estudos exploratórios através de entrevistas presenciais. A amostra é constituída por 14 profissionais do setor,

entre eles bombeiros com funções de chefia, comandantes e delegados sindicais.

Relativamente ao primeiro estudo, pretendeu-se identificar os factores que influenciam o comportamento e a qualidade da intervenção dos bombeiros com funções de chefia. Foram criadas 19 perguntas a partir dos seguintes temas: preparação da intervenção; intervenção; avaliação das decisões e factores facilitadores. No segundo estudo, pretendeu-se recolher informação sobre a opinião dos comandantes relativamente à formação profissional, aos critérios utilizados para a seleção de chefias e sobre a organização das equipas. Foram geradas 22 perguntas a partir

dos seguintes temas: formação contínua; formação diária (instrução); simulacros; protocolos de atuação; seleção e recrutamento; liderança e organização de equipas.

Resultados

Após a aplicação das entrevistas, a informação recolhida do primeiro estudo revelou que a formação profissional e a experiência são factores determinantes para a atuação dos bombeiros em situações dinâmicas, quando estão sujeitos à pressão de tempo e as capacidades físicas e psicológicas são testadas e levadas até ao limite. Nas circunstâncias em que uma má decisão pode ser fatal para o próprio e para a equipa, os COS (Comandante das Operações de Socorro) parecem decidir com base na experiência, o que lhes permite identificar padrões análogos na situação. A formação, o treino diário, os simulacros

e a avaliação das intervenções facilitam também a capacidade de formular e aperfeiçoar cenários de intervenção.

No segundo estudo, os resultados revelaram que a formação contínua parece não satisfazer as necessidades dos bombeiros profissionais, porque não é uniformizada e articulada com a carreira. Relativamente à instrução diária, é conhecida a importância da mesma para operacionalizar procedimentos e reforçar técnicas. Constatamos que devia haver uma maior supervisão desta formação a nível nacional. Isso leva a que cada corporação a realize por iniciativa própria com os meios e recursos ao seu dispor, o que poderá pôr em causa a operacionalidade dos seus elementos em algumas áreas, bem como a uniformização dos procedimentos. Em relação à seleção de chefias, os resultados mostraram que os critérios são adequados. Porém, o que não estará adequado são as condições de progressão. Constatamos e entendemos que a introdução e aplicação de testes psicotécnicos como complemento das restantes provas, é fundamental para avaliação do perfil dos candidatos. Estes permitiriam selecionar os candidatos com as características mais adequadas para as funções de liderança e gestão de equipas. Em termos de organização das equipas, os resultados revelaram que devem ser constituídas pelo comando e as chefias. Relativamente à mobilidade dos elementos, esta é benéfica, porque serve de prevenção contra a inércia e a aquisição de maus hábitos. Por outro lado, a permanência na equipa possibilita a criação de laços de camaradagem e automatismos a nível de procedimentos, enriquecendo a experiência e facilitando a capacidade de atuação dentro dos piquetes.



Concluimos assim que a experiência e a formação são dois factores que influenciam a tomada de decisão dos bombeiros com funções de chefia. A experiência possibilita-lhes desempenhar uma variedade de tarefas difíceis e fazerem opções de alto risco. Cada experiência adquirida pode servir como uma base de recurso. Os COS, ao confrontarem-se com novas situações, servem-se desse conhecimento contido “numa bolsa” de experiências, imagens e histórias, estendendo-as mesmo para situações nunca antes enfrentadas. A relevância que os bombeiros com funções de chefia dão à experiência está em consonância com o modelo de Klein (1998). Segundo este autor, os militares, ao contrário dos bombeiros por não travarem muitas guerras, baseiam-se no treino para se manterem operacionais. Os bombeiros, por combaterem inúmeros incêndios, são detentores de uma enorme experiência. Além disso, havendo sempre incêndios para combater, combatem um adversário não armado e que não muda de tática. Logo, a experiência adquirida, ano após ano, vai sendo aplicada posteriormente. Em relação à formação, esta proporciona aos bombeiros do ponto de vista cognitivo, uma melhor preparação através do reforço e aquisição de novos conhecimentos. Por outro lado, proporciona aos bombeiros experiências, desenvolvimento de capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das suas missões. Porém, constatamos necessidades e preocupações que são desafios actuais, sendo urgente a sua revisão. Deste modo, torna-se necessário proporcionar, cada vez mais, uma adequação da formação às necessidades reais, que mudam a cada instante. Esta investigação põe assim em evidência estes dois grandes factores que estão na base da tomada de decisão. A experiência, por um lado e, por outro, a formação. Entendemos que, quer um elemento, quer outro, sustentam decisões, que se podem considerar satisfatórias face ao ambiente em que ocorrem, caracterizado por incerteza e pelo alto risco.

Conclusão

Concluimos assim que a experiência e a formação são dois factores que influenciam a tomada de decisão dos bombeiros com funções de chefia. A experiência possibilita-lhes desempenhar uma variedade de tarefas difíceis e fazerem opções de alto risco. Cada experiência adquirida pode servir como uma base de recurso. Os COS, ao confrontarem-se com novas situações, servem-se desse conhecimento contido “numa bolsa” de experiências, imagens e histórias, estendendo-as mesmo para situações nunca antes enfrentadas. A relevância que os bombeiros com funções de chefia dão à experiência está em consonância com o modelo de Klein (1998). Segundo este autor, os militares, ao contrário dos bombeiros por não travarem muitas guerras, baseiam-se no treino para se manterem operacionais. Os bombeiros, por combaterem inúmeros incêndios, são detentores de uma enorme experiência. Além disso, havendo sempre incêndios para combater, combatem um adversário não armado e que não muda de tática. Logo, a experiência adquirida, ano após ano, vai sendo aplicada posteriormente. Em relação à formação, esta proporciona aos bombeiros do ponto de vista cognitivo, uma melhor preparação através do reforço e aquisição de novos conhecimentos. Por outro lado, proporciona aos bombeiros experiências, desenvolvimento de capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das suas missões. Porém, constatamos necessidades e preocupações que são desafios actuais, sendo urgente a sua revisão. Deste modo, torna-se necessário proporcionar, cada vez mais, uma adequação da formação às necessidades reais, que mudam a cada instante. Esta investigação põe assim em evidência estes dois grandes factores que estão na base da tomada de decisão. A experiência, por um lado e, por outro, a formação. Entendemos que, quer um elemento, quer outro, sustentam decisões, que se podem considerar satisfatórias face ao ambiente em que ocorrem, caracterizado por incerteza e pelo alto risco.



Bibliografia

- Cunha, M., Rego, A., Cunha, R., Cardoso, C. (2007). Manual de Comportamento Organizacional e Gestão (6ª ed.). Lisboa: Editora RH, Lda.
- Gomes, A. (2002). Manual de Comando Operacional. Sintra: Escola Nacional de Bombeiros
- Klein, G. (1998). Sources of Power: How People Make Decisions. United States of America: Massachusetts Institute of Technology
- Simões, E. (2001). O processo de tomada de decisão. Em J. Ferreira, J. Neves, & A. Caetano (Eds.). Manual de Psicossociologia das Organizações (pp. 405-427). Lisboa: McGraw-Hill de Portugal
- Marques, T. (1995). Decisão: Racionalidade e Intuição. Comportamento Organizacional e Gestão: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 67-76.

Pub

SonoCare
Tratamento da Apneia do Sono

VENTILOTERAPIA
Associação ANBP
Desconto de 20%

PROCOLO

Linha Azul – 808 964 554
www.sonocare.pt | geral@sonocare.pt



Grande Terramoto do Leste do Japão

Um ano depois

11 de Março de 2011. A data ficará para sempre marcada no calendário da memória colectiva e na história do Japão como o dia em que o mundo presenciou o maior sismo a atingir o Japão e um dos cinco maiores do mundo desde que há registo da ocorrência destes fenómenos.

O Grande Terramoto do Leste do Japão, como ficou oficialmente conhecido, atingiu a magnitude de 8,9 na escala de Richter, provocando alertas de tsunami e evacuação da linha costeira japonesa do Pacífico. Treze horas depois do primeiro abalo, dois fortes sismos de magnitude 6,2 e 6,1 na Escala de Richter atingiram novamente a

costa do Japão. O epicentro situou-se a 130 quilómetros da Costa Leste da Península de Oshika.

Apesar do sistema de alerta de terremotos da Agência Meteorológica do Japão ter prevenido a população um minuto antes do abalo (através de estações de televisão e emissores de rádio, por correio electrónico e de mensagens para o telemóvel), cerca de 16 mil pessoas morreram e mais de três mil foram dadas como desaparecidas.

A intensidade do sismo destruiu linhas ferroviárias e rodoviárias. Houve falhas no abastecimento de luz eléctrica e no abastecimento de água. A Central de Fukushima

sofreu uma explosão 24 horas depois do primeiro sismo, causando preocupação em relação às consequências. Um mês depois, a 12 de Abril, o Japão elevava o alerta do acidente para o nível máximo, 7, equivalente ao aplicado no caso de Chernobil, em Abril de 1986. A garantia de segurança só chegaria em Dezembro de 2011 pela autoridade nuclear nipónica.

Ao nível do impacto geológico destes sismos, relatórios do Instituto Nacional de Geofísica e Vulcanologia da Servia sugeriam que o efeito dos terremotos na região foi tão forte que alterou o eixo da terra em 10 cm.

Um ano depois, a Embaixada do Japão em Portugal, em colaboração com a Autoridade Nacional da Protecção Civil, organizou uma sessão evocativa em memória desse dia, o que incluiu a inauguração de uma exposição sobre os efeitos do terramoto e o esforço na reconstrução das cidades e das vidas afetadas. Existem ainda 320 mil pessoas a residirem em abrigos.

A REPARAÇÃO DO INCÊNDIO E DE OUTROS RISCOS

Habitação	Condomínio	PME
<p>1. Inspeção visual da estrutura...</p> <p>2. Avaliação dos danos...</p> <p>3. Plano de reparação...</p> <p>4. Custos estimados...</p> <p>5. Prazos de execução...</p> <p>6. Responsabilidades...</p> <p>7. Seguro de danos...</p> <p>8. Medidas de segurança...</p> <p>9. Comunicação com os vizinhos...</p> <p>10. Acompanhamento da obra...</p>	<p>1. Inspeção conjunta da estrutura...</p> <p>2. Avaliação dos danos...</p> <p>3. Plano de reparação...</p> <p>4. Custos estimados...</p> <p>5. Prazos de execução...</p> <p>6. Responsabilidades...</p> <p>7. Seguro de danos...</p> <p>8. Medidas de segurança...</p> <p>9. Comunicação com os vizinhos...</p> <p>10. Acompanhamento da obra...</p>	<p>1. Inspeção visual da estrutura...</p> <p>2. Avaliação dos danos...</p> <p>3. Plano de reparação...</p> <p>4. Custos estimados...</p> <p>5. Prazos de execução...</p> <p>6. Responsabilidades...</p> <p>7. Seguro de danos...</p> <p>8. Medidas de segurança...</p> <p>9. Comunicação com os vizinhos...</p> <p>10. Acompanhamento da obra...</p>



Albufeira recebeu seminário sobre segurança contra incêndios em edifícios

O Auditório Municipal de Albufeira foi palco do seminário sobre “Segurança Contra Incêndios em Edifícios”, no passado dia 3 de fevereiro. A iniciativa surgiu o seguimento da entrada em vigor da atual legislação de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (Decreto-Lei nº220/2008 de 12 de Novembro e portaria nº1532/2008 de 28 de Dezembro), cuja aplicação, de acordo com nota de imprensa da autarquia “ainda suscita algumas dúvidas”.

Do painel deste encontro fizeram parte oradores especializados na abordagem de temáticas como “sistemas automáticos de detecção de incêndios”, “medidas de auto-protecção”, “grandes deficiências verificadas nas vistorias” e o “regime jurídico do SCIE”.

No seu discurso, o presidente da autar-



quia, Desidério Silva, salientou que “o Algarve possui um número considerável de técnicos qualificados que têm a oportunidade de aprofundar e atualizar os seus conhecimentos através deste tipo de iniciativas, evitando a deslocação a Lisboa para participarem em formação”. De acordo com o autarca “o município de Albufeira dedicou especial atenção a esta matéria, esforçando-se para que os edifícios públicos cumpram todas as regras inerentes à SCIE”.

O encontro contou com a participação

de representantes da Associação Portuguesa de Segurança Eletrónica e Proteção Contra Incêndio, Autoridade Nacional de Proteção Civil e Previgart-Engenharia de Segurança.

Teve ainda a intervenção de dois técnicos do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Autarquia, que deram a conhecer a experiência do município face ao Regimento Jurídico da SCIE, enquanto entidade gestora de equipamentos públicos.

SCIE – Segurança contra incêndios em edifícios Para quem é obrigatório? Como escolher uma empresa instaladora.

Têm havido muitas dúvidas, e alguma falta de informação. As empresas só quando necessitam de licenciamento, ou quando iniciam a sua actividade é que percebem que têm de assegurar a segurança contra incêndios em edifícios.

Esta é uma obrigatoriedade para todos os edifícios existentes, e não apenas para os novos ou para os que necessitam de licenciamento. As coimas são elevadas além da responsabilidade civil e criminal que é imputada aos proprietários ou aos exploradores desses

mesmos edifícios.

A legislação sobre segurança contra incêndios em edifícios encontra-se dispersa por um número excessivo de diplomas avulsos, dificilmente harmonizáveis entre si e geradores de dificuldades na compreensão integrada. Esta situação colocava em sério risco não apenas a eficácia jurídica das normas contidas em tal legislação, mas também o seu valor pedagógico.

O regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, dispõe que a actividade de comercialização, instalação e manutenção de produtos e equipamentos de segurança é feita por entidades registadas na Autoridade Nacional da Proteção Civil, mas é importante ter em conta as quais as alíneas para as quais a empresa é certificada consoante os seguintes produtos e equipamentos de SCIE:

- Portas e envidraçados resistentes ao fogo e ao fumo, e seus acessórios;
- Sistemas de compartimentação e revestimentos contra incêndio;
- Sistemas automáticos e dispositivos autónomos de deteção de incêndio e gases;
- Sistemas e dispositivos de controlo de fumo;
- Extintores;
- Sistemas de extinção por água;
- Sistemas de extinção automática por agentes distintos da água e água nebulizada;
- Sinalização de segurança.



António Mascarenhas
Director Regional Centro Asprocivil
(Associação de técnicos de protecção civil)

Por isso antes de adjudicar qualquer trabalho a uma empresa deve de assegurar-se de que esta está certificada e que tem técnicos certificados, pois só assim podem cumprir a legislação, não esquecendo para que equipamentos estão certificados.

Pub

1-Que desafios é que se impõem num mercado que irá ficar liberalizado a partir do próximo ano?

A liberalização total do mercado de energia irá iniciar-se no início de 2013, data a partir da qual os clientes terão de procurar novo comercializador de energia em mercado livre. É uma mudança de paradigma, no qual os clientes estavam habituados apenas a aceitar as tarifas reguladas pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), sem terem opção de escolha de fornecedor. A partir de agora surge a oportunidade dos clientes poderem escolher o seu comercializador de energia dentro das várias ofertas que surgirão no mercado. É objetivo da EDP estar na linha da frente na oferta inovadora de produtos e serviços aos seus clientes, exigindo um esforço de cada vez maior proximidade com os seus clientes e resposta às reais necessidades de mercado.

2- Que garantias de qualidade podem dar ao cliente?

O cliente continua totalmente protegido, na medida em que o mercado livre está sujeito, também, às regras definidas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), que garante a proteção dos interesses e direitos dos consumidores de energia. Adicionalmente, a mudança de fornecedor não altera a qualidade do fornecimento da energia bem como dos serviços técnicos associados que continuarão a ser assegurados pela EDP Distribuição.

3-Que outras parcerias podem ser implementadas de forma a desempenhar um “papel” social, num cenário de crise económica? EX: Supermercados Continente.

O Plano EDP Continente, surge da parceria de duas empresas nacionais de referência que se juntaram num momento difícil da economia para oferecer vantagens às famílias Portuguesas. A edp, como empresa com preocupações sociais e sempre activa no apoio à comunidade em que se insere, está também atenta à conjuntura económica e social atual. Desta forma, a edp terá sempre como objetivo proporcionar aos seus clientes ofertas inovadoras no âmbito do mercado da energia que permitam a poupança direta ou indireta na fatura de energia.

Consequentemente, poderão surgir outras parcerias, desde que sirvam sempre o objetivo da empresa e as necessidades dos seus clientes.

As alterações à Lei Laboral

Como é do conhecimento geral, Portugal atravessa uma grave crise financeira, condicionada pela situação nacional e internacional, que obrigou o anterior Governo a pedir apoio financeiro internacional e, conseqüentemente, a subscrever um Memorando de Entendimento com a Troika composta pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional. No entanto, e na área laboral, o referido Memorando negociado é prejudicial para os trabalhadores portugueses na medida em que com as medidas acordadas e com as subsequentes alterações obrigatórias à legislação laboral já concretizadas, conduzir-se-á à flexibilização dos despedimentos, à destruição da negociação coletiva, a situações penalizadoras com a redução das compensações por despedimento, com a redução para metade do pagamento do trabalho extraordinário e a eliminação do descanso compensatório. No entanto, alguns dos seus efeitos foram atenuados pela intervenção direta da UGT – União Geral dos Trabalhadores.

Passamos assim a referir sucintamente, algumas das medidas que vão implementadas, com a alteração à lei laboral atualmente em vigor:

Despedimento por Extinção do Posto de Trabalho: No despedimento por extinção do posto de trabalho, as novas regras laborais introduzem a possibilidade do empregador

definir outros critérios que não os atualmente previstos no Código do Trabalho - menor antiguidade no posto de trabalho; menor antiguidade na categoria profissional; classe inferior da mesma categoria profissional; menor antiguidade na empresa, que obrigam à escolha dos trabalhadores mais novos. Os critérios escolhidos pelo empregador têm, no entanto que ser relevantes e não discriminatórios. Estas alterações resultam do Memorando da Troika.

Despedimento por Inadaptação - O despedimento por inadaptação existe há muito na legislação laboral portuguesa, apenas se permitindo agora que venha a operar-se nos casos em que não tenha havido introduzidas modificações no posto de trabalho resultantes de alterações nos processos de fabrico ou de comercialização de que resultem uma redução continuada de produtividade ou de qualidade, avarias repetidas nos meios afetos ao posto de trabalho ou riscos para a segurança e saúde do trabalhador, conforme o previsto no Memorando. No entanto e por intervenção da UGT, não pode ser esquecido que foi afastado o único verdadeiro novo motivo de despedimento que a Troika visava introduzir: o despedimento por objetivos para a generalidade dos trabalhadores (exceto para os trabalhadores já abrangidos por esse regime).

Compensações por Despedimento - A redução dos montantes das indemnizações por cessação de contrato de trabalho foi já implementada numa 1ª fase com a publicação da Lei nº 53/2011, que reduziu o montante das compensações para os contratos celebrados após 1 de Novembro de 2011. Para os trabalhadores com contratos celebrados antes dessa data, as

novas regras laborais prevêm o alinhamento das compensações com os montantes para os novos trabalhadores (30 para 20 dias), conforme o Memorando. No entanto as mesmas salvagam os direitos adquiridos dos trabalhadores com contratos mais antigos, garantindo que não terão nunca uma compensação inferior à que já têm hoje direito. Com efeito, caso excedam o teto máximo que agora se fixa, congela a compensação para o futuro. Os que não excedam tal teto, continuarão a acumular valor de compensação de acordo com as novas regras (a partir de 1 de Novembro de 2012) até o atingir.

Lay Off - Introduce-se uma flexibilização do regime da redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho (ex. redução de prazos, agilização do procedimento de prorrogação), a qual tem como contrapartida um reforço dos direitos de informação e consulta das estruturas representativas dos trabalhadores, nomeadamente sobre os documentos financeiros e contabilísticos que sustentam a alegação de situação de crise empresarial.

Trabalho suplementar - As novas regras vêm estabelecer que os montantes atualmente pagos por trabalho suplementar ou por trabalho normal prestado em dia feriado, fixados na lei, na negociação coletiva ou contrato de trabalho, são reduzidos em 50%. Contudo, estabelece-se que, após um período de 2 anos em que serão aplicáveis os montantes legalmente fixados, serão aplicados os valores atuais da negociação coletiva, reduzidos em 50%, e reaberta a possibilidade da negociação coletiva regular estas matérias. As novas regras laborais



As alterações à Lei Laboral estão na base de muitas manifestações que têm ocorrido no país

vão no entanto ao encontro do previsto no Memorando da Troika no que concerne à eliminação total de descansos compensatórios.

Férias - A majoração das férias em até 3 dias em função da assiduidade do trabalhador, foi introduzida pelo Código do Trabalho de 2003. O acordo tripartido de 18 de Janeiro de 2012 assinado com a UGT prevê, e agora as novas regras laborais estabelecem, que a redução da majoração apenas terá efeitos sobre os contratos e convenções coletivas que tenham introduzido majorações após 2003 e, mesmo nessas, não atingindo a parte das majorações que exceda os 3 dias.

Feriados, Pontes e Faltas - Nos termos do atual Código do trabalho é permitido às empresas o seu encerramento para férias nos casos de pontes no período entre 1 de Maio e 31 de Outubro, tendo apenas sido alargado o período em que tal se pode

verificar. Tal abrangerá conseqüentemente um número muito reduzido de pontes. Nos casos em que se verifique o encerramento, a compensação será feita mediante desconto no período de férias ou mediante compensação futura pelo trabalhador. Foram contidas salvaguardas importantes, pelas quais a UGT se bateu e que são agora consagradas nas novas regras laborais, ou seja, a entidade patronal não pode determinar o encerramento aleatoriamente ou comunicá-lo em qualquer momento, devendo fazê-lo até 15 de Dezembro do ano anterior, o que permitirá ao trabalhador o gozo das pontes de forma programada e com uma mais eficaz conciliação entre a vida familiar e profissional. Por fim, foi reintroduzido um regime que já vigorou entre 1976 e 2003 na legislação laboral, pelo qual a falta injustificada a um ou meio período normal de trabalho diário imediatamente anterior ou posterior a dia de descanso ou a feriado implica a perda de

retribuição relativamente aos dias de descanso ou feriados imediatamente anteriores ou posteriores.

Banco de Horas - O banco de horas, já existente apenas por via da negociação coletiva com os Sindicatos, passa a ser possível por acordo individual celebrado entre trabalhador e empregador e em termos muito semelhantes aos já fixados para a adaptabilidade, incluindo no que concerne ao banco de horas de grupos de trabalhadores. No entanto, refira-se que o banco de horas, mesmo por acordo individual, não significa quaisquer horas de trabalho gratuito adicionais para os mesmos, não obstante se poder verificar um aumento de duas horas diárias ao período normal de trabalho, com o limite de cinquenta horas semanais e de cento e cinquenta horas anuais. Isto porque as horas realizadas pelo trabalhador são compensadas em períodos em que trabalhará menos horas ou mesmo nenhuma.



João Afonso

Gabinete de Formação da ANBP
Licenciado em Gestão de
Segurança e Protecção Civil

Da Gestão Centralizada à Mediação Escolar: breve resenha

Já aqui me foi dada a oportunidade de me referir ao modelo de relação pedagógica existente até 1974. E falar-se de intervenção ativa da comunidade na vida escolar era, naquela época, impensável. Tratava-se da influência da taylorização na educação a qual ia desde a construção de grandes escolas de estrutura rígida e uniforme, configuradas segundo um mesmo modelo organizativo e curricular, até programas de estudos uniformizados a horários, igualmente, uniformes. A este modelo taylorista contrapor-se-ia aquele que, hoje, se caracteriza pela preocupação da individualização do processo ensino - aprendizagem, pela diversificação dos métodos, pela abertura da escola ao meio e à comunidade, pela formação profissional, pela gestão participada.

Porém, a passagem de um modelo de gestão fortemente centralizado para outro, que é suposto ser amplamente participado, não terá sido, ao que parece, fácil, nem tem sido bem aceite por todos os elementos em presença no contexto educativo como, de resto, se tem constatado em inúmeras escolas. Quem esteja atento à comunicação social da especialidade, disso se apercebe. É assim no ensino, seja ele o regular, seja ele o profissional.

Não é de admirar! É por demais sabido que as sociedades cujos sistemas educativos sejam de tradição centralizada hão-de apresentar dificuldades em atingir a eficácia que se pretende na participação. Na realidade, se por um lado há a resistência dos que, habituados ao poder de decisão, não aceitam a morosidade negocial que deve anteceder aquela, por outro, consideram até uma intromissão indevida no foro profissional. Seja como for, numa sociedade democrática, a participação é uma condição de cidadania!

Já muito se tem feito neste sentido. É a forma que se conhece de partilha de responsabilidades, de distribuição do poder e da autoridade dentro da organização.

Isto vem a propósito da figura, agora emergente, do Mediador. Até já se fazem cursos de pós-graduação e doutoramentos em



Mediação, seja ela laboral, escolar, familiar, etc. Não me alongarei demasiado sobre isto. Apenas me referirei, muito brevemente, àquela que conheço: a escolar e no âmbito da formação profissional. Sabe-se que existem concepções e aplicações diversas da mediação. Decorrem, todas elas, da simples intervenção pedagógica e vão até à aplicação em todos os domínios de dificuldade e de bloqueios relacionais. Dir-se-á, pois, que o Mediador é um elemento que integra a equipa técnico -pedagógica que tem a função de intermediário nas relações. Esta figura já funciona, entre nós, nos cursos EFA. Foi criado pelo artigo 25º da Portaria 230/2008 de 7 de Março. Aí se encontra bem definido o estatuto e funções do mediador.

Não sei se na escola – de preocupação centralizadora - a que aludi no início desta resenha, fosse permitida a existência de tal figura. É que, recordemo-nos, era no diretor que se centravam todas as decisões!



Ainda, há dias, ao ler o livro 'Organizaciones Educativas' de Quintina Martin (Coord.) e Moreno Cerillo, Madrid, Uned, 1989, págs. 32/33 estes autores escrevem:

'La organización (...) del trabajo escolar se completaba con una figura (...) era la del director del centro; todas las decisiones confluían en él; (...) decidía en los problemas de disciplina que le planteaba el profesorado respecto a los alumnos conflictivos y en los problemas de competencias surgidos entre profesores.(...)'

Desconheço se existem estudos, hoje em dia, sobre a gestão participada das escolas sejam elas profissionais ou não. Penso, no entanto, que seria interessante indagar-se do grau de participação dos membros da comunidade educativa de todas elas. Adquirir-se um conhecimento geral e específico das expectativas dos docentes, formadores e outros. Talvez assim se viesse a perceber melhor até que ponto os membros de uma escola estão ou não dispostos a participar na sua direcção e gestão, a aliar participação a eficácia, democraticidade e responsabilidade, etc., etc..

É claro que, para um estudo destes, é fundamental alguns conhecimentos na área de Metodologia da Investigação. Sabe-se que no campo particular da investigação em educação se distinguem dois modelos:

- o paradigma quantitativo, baseado no método experimental de Galileu e no positivismo de Comte, o qual considera que existe uma realidade objectiva que o investigador terá de interpretar cientificamente e quantificar estatisticamente. Neste sentido, a formulação e a testagem de hipóteses constituem características deste tipo de investigação, assumindo particular importância a utilização de amostras de dimensão e composição adequadas, de forma a garantir a generalização a toda a população em estudo dos resultados a obter.

- o outro, o paradigma qualitativo, segundo o qual se admite que haverá tantas interpretações da realidade quantos indivíduos que a procurem decifrar. Daí que o foco da investigação qualitativa seja a compreensão mais profunda dos problemas: entender o que certos comportamentos, atitudes ou convicções escondem 'por detrás', sendo, portanto, menor o risco posto na selecção da amostra e maior



o cuidado colocado na generalização dos resultados.

Ainda quanto a isto, cabe aqui referir que, embora a investigação quantitativa tenha sido desde sempre o paradigma dominante da investigação em educação, a metodologia qualitativa tem vindo a afirmar-se. Quem ler 'Investigação Qualitativa em Educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos' de Robert Bogdan e Sari Bilken editado pela Porto Editora, 1994 verificará a conclusão a que estes autores chegam logo na página 39. Seja como for, por que se deve entender a investigação como um processo rigoroso e sistemático de descrição e interpretação da realidade, importando um conhecimento tão aprofundado quanto possível, o melhor será, conforme a situação, utilizar procedimentos de ambas as metodologias. É que, do recurso simultâneo às contribuições dos paradigmas quantitativo e qualitativo só poderão advir vantagens no processo da investigação e na excelência do produto.

E por aqui me fico com a promessa de a este assunto – Gestão Participada e Mediação - voltar!



Nuno Álvaro Murcho

Enfermeiro

A PERTURBAÇÃO PÓS-TRAUMÁTICA DE STRESSE EM BOMBEIROS: ALGUNS SUBSIDIOS PARA A SUA COMPREENSÃO

Resumo

Este artigo de revisão procurou abordar a problemática do transtorno de stresse pós-traumático em bombeiros, tendo-se concluído que é uma situação de risco para estes profissionais, pelas características desta profissão, com consequências negativas para a sua função, sendo pertinente a implementação de medidas organizacionais e individuais de promoção da saúde mental ocupacional e de prevenção dos distúrbios associados ao stresse.

Palavras-Chave: Transtorno de stresse pós-traumático; Bombeiros.

Os bombeiros estão sujeitos a diversos riscos susceptíveis de afectarem a sua saúde física ou mental (Faria, Ferreira & Murcho, 2006). De entre os problemas que podem sofrer, a literatura científica sugere que o transtorno de stresse pós-traumático é uma perturbação psicopatológica que afecta estes profissionais, devido entre outros aspectos, ao tipo de exposição a situações traumáticas a que estão sujeitos, que pode ter consequências negativas na função que desempenham (Murta & Tróccoli, 2007; Nascimento, Erdmann, Campos & Rosa, 2007; Cremasco, Constantinidis & Silva, 2008).

Assim, pareceu-nos pertinente abordar a problemática das perturbações de stresse pós-traumático nestes profissionais, no sentido de contribuímos para uma melhor compreensão das mesmas, com o objectivo de podermos fornecer subsídios facilitadores da sua prevenção.

Uma Breve Abordagem Relativa à Saúde Mental Ocupacional nos Bombeiros

Os bombeiros experimentam um grande desgaste emocional, estando muitos dos problemas psicoemocionais que os afectam, relacionados com o facto de estes profissionais sofrerem situações de stresse intenso resultantes das características específicas do seu trabalho, não só pelas ocorrências com que têm que lidar (e.g., a morte ou acidentes com colegas de trabalho em serviço, prestação de ajuda a jovens com situações graves ou mortas, ou o confronto com problemas sob os quais não têm controlo), como também com aspectos organizacionais (e.g., o facto de trabalharem por turnos, poderem estar sujeitos a períodos de privação de sono), para além da pressão social para que o seu trabalho não tenha falhas, uma vez que é neles em que as pessoas depositam as suas vidas em situações de catástrofe, estando também expostos a factores de risco para o desenvolvimento de doenças cardíacas, burnout e transtorno de stresse pós-traumático (Murta & Tróccoli, 2007; Nascimento, Erdmann, Campos & Rosa, 2007; Cremasco, Constantinidis & Silva, 2008).

Assim, os estudos realizados têm vindo cada vez mais a demonstrar a importância para a saúde ocupacional, que os problemas psicoemocionais

têm nestes profissionais, pelas repercussões graves que podem apresentar seja a nível da sua própria saúde mental individual, como nas suas famílias, nas organizações em que trabalham e no seu próprio trabalho (Carvalho & Maia, 2009; Shantz, 2009).

Até mesmo porque os bombeiros estão frequentemente expostos à adversidade, que são situações susceptíveis de ameaçarem a sua saúde física ou mental, como os acontecimentos traumáticos, seja por exposição directa, em que é o próprio indivíduo que é afectado pela situação, ou secundária, em que o indivíduo observa a situação em outra pessoa, como as vítimas dos acidentes, ou obtém conhecimento de alguém significativo que vivenciou a situação (Carvalho & Maia, 2009).

Ora sabemos que a exposição cumulativa à adversidade pode ter consequências negativas no seu equilíbrio psicoemocional e afectar o seu bem-estar físico, levando ao surgimento de transtorno de stresse pós-traumático, sintomas indicadores de perturbação psicológica (designadamente sintomas depressivos e ansiosos) e queixas físicas (e.g., problemas músculo-esqueléticos, designadamente dores nos ombros, no pescoço e nas costas, fadiga, tensão, náuseas, alterações no apetite,



aumento do ritmo cardíaco, dores de cabeça, problemas de sono e de estômago) (Carvalho & Maia, 2009; Ângelo, 2010).

Alguns Aspectos Relativos ao Trauma Psicológico: a Situação Específica dos Bombeiros

As consequências emocionais do trauma psicológico foram reconhecidas e descritas nos primórdios do século XX por autores como Charcot, Freud ou Janet, tendo várias designações como a neurose de guerra, estando associadas principalmente às pessoas que estiveram em situações de conflitos armados, nomeadamente nas duas Grandes Guerras, (Schestatsky, Shansis, Ceitlin, Abreu & Hauck, 2003).

No entanto, o estudo sistemático das perturbações pós-traumáticas de stresse, ou transtorno de stresse pós-traumático, começa com a criação de critérios diagnósticos mais precisos tendo sido introduzidas nas próprias classificações internacionais, primeiro em 1948 na Classificação Internacional de Doenças (CID), como Desajuste Situacional Agudo, e em 1952 no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), como Reacção Maciça ao Stresse (Kapczinski & Margis, 2003; Schestatsky et al., 2003).

De uma forma geral podemos dizer que o transtorno de stresse pós-traumático é uma perturbação psíquica que é consequente a uma situação que é entendida pelo indivíduo como sendo fortemente ameaçadora para o próprio, seja ele interveniente directo ou apenas testemunha (Milet & Sougey, 2010).

Se inicialmente este tipo de perturbações estava associado a situações de guerra, como mencionamos, o aprofundamento do seu estudo veio a revelar que o mesmo poderia ocorrer na população em geral, em outras situações traumáticas, como nas situações de acidentes de viação, violação, violência doméstica, assaltos ou outras, tendo sido reconhecido que poderia afectar para além dos militares, outros profissionais que também estão expostos a situações de grande stresse emocional, como é o caso dos bombeiros (Maia & Fernandes, 2003).

Neste sentido vêm diversas investigações que comprovam que os bombeiros sujeitos a eventos catastróficos têm um maior risco de poderem vir a apresentar distúrbios de stresse agudo, transtorno de stresse pós-traumático e depressão (Halam & Krissie, 2003; Fullerton, Ursano & Wang, 2004; Milet & Sougey, 2010).

O Transtorno de Stresse Pós-Traumático: Uma Caracterização Sucinta

Na reacção aos efeitos do stresse agudo, a literatura consultada menciona que a vítima após a exposição ao evento stressante, ou à adversidade, inicia imediatamente (na primeira hora pós-exposição) os sintomas como um estado de atordoamento mental que pode estar acompanhado de tristeza, ansiedade, raiva ou desespero, entre outros (Kapczinski & Margis, 2003). Para que se possa classificar como reacção aguda ao stresse, de acordo com as classificações internacionais como a DSM, é necessário que o indivíduo afectado apresente um intenso medo ou sensação de impotência no momento da exposição à situação traumática (directa ou indirecta), elevada excitabilidade, que se manifesta por uma excessiva resposta de alarme, com aumento da resposta a estímulos acústicos, piscar de olhos, alterações da sensibilidade cutânea, aumento da frequência cardíaca, entre outros, passando a reviver o evento traumático, através de imagens, pensamentos, sonhos, e flashback dissociativos inclusive os que ocorrem ao acordar ou em situações de intoxicação (por álcool ou drogas) e a evitar aspectos que possibilitem a recordação do trauma (e.g., locais, conversas ou pessoas), para além de diferentes sintomas dissociativos que podem ocorrer numa fase imediatamente posterior, manifestando pelo menos três dos seguintes sintomas: sensação de distanciamento, redução da consciência em relação ao que o rodeia, alteração da sensação a respeito de si próprio (desrealização), alteração da sensação da realidade do mundo exterior (despersonalização) e incapacidade de recordar algum aspecto importante do trauma ocorrido (Kapczinski & Margis, 2003; Schestatsky et al., 2003; Guthrie & Bryant, 2005).

De referir que todos estes sintomas devem interferir significativamente na

Deixe-nos conduzir a sua imaginação!

Um moderno e cómodo meio de transporte liga o Funchal à exuberante beleza do Monte. Uma forma inovadora de revelar a beleza secreta da Madeira, de uma forma confortável, segura e ecológica. Se n estes atributos incluímos uma deslumbrante panorâmica do asfiteatro da cidade do Funchal durante a viagem, a quadra fica perfeita.

Teleféricos da Madeira SA

Caminho das Botellas nº8 + 9050-284 Funchal
Tel: 291 780 280 - Fax: 291 780 281
E-mail: info@madeira.cablecar.com
www.madeira.cablecar.com

Sapadores de Coimbra abrem portas do remodelado Centro Municipal de Protecção Civil

O

No dia da apresentação do Centro Municipal de Protecção Civil foram feitos vários exercícios

s Bombeiros Sapadores de Coimbra têm, desde o início do mês de Março, um renovado Centro Municipal de Protecção Civil. As novas infra-estruturas, instaladas num terreno contíguo ao quartel, têm condições de treino para vários tipos de cenário, que incluem o controlo e manuseamento de matérias perigosas, resgate de vítimas, salvamento, mergulho e incêndios urbanos.

Entre as principais valências do novo espaço destaque para a rede de túneis com poço para treinos e busca em ambiente confinado, campo de treino com matérias perigosas, sala de descontaminação com instalações sanitárias, tanque de aproveitamento de água e de mergulho com cerca de 9,5 metros de profundidade, bem como uma vivenda para sensibilização dos perigos existentes numa residência familiar.

Considerada pelo presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Paulo Barbosa de Melo como “a melhor estrutura de formação em Portugal para os bombeiros de todas as áreas”, estas instalações podem ser utilizadas para treino de outras companhias.



Exercício de resgate de vítimas em túneis



Veículo de comunicações



Exercício de desobstrução e escoramentos



Equipa de mergulho



Equipa de matérias perigosas

Centro Municipal de Protecção Civil



“Rescue Challenge” Fotoreportagem

U

ma das mais complexas operações desempenhadas pelos bombeiros na sua actividade foi posta “à prova” no ano passado, pela primeira vez em terras portuguesas. A escola do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa foi palco do “Rescue Challenge”, onde equipas de bombeiros sapadores e voluntários de todo o país foram postas à

prova no que diz respeito a técnicas de salvamento e desencarceramento em viaturas, utilizando o método SAVER. O evento contou ainda com a participação da equipa do Consórcio Provincial de Extinção de Incêndios de Badajoz, especialista nesta matéria. Veja as imagens!







ASSINE JÁ!



ALTO RISCO

cupão de assinatura

(este cupão pode ser fotocopiado)

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal: _____

Profissão: _____

Telefone: _____ Tim: _____

Email: _____

Desejo a Assinatura Anual de :

Revista Alto Risco - 10 euros Jornal Alto Risco - 8 euros

Enviar Cheque ou Vale de Correo para:

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Av. Dom Carlos I, 88, 1/c - 1200 Lisboa

ESCOLHA O MODO DE PAGAMENTO:

Cheque n.º _____

no valor de: _____

Banco: _____

Vale postal n.º _____

no valor de: _____

